



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS BOM JESUS DA LAPA

Rodovia BR 349, KM 14, S/N - Zona Rural – Bom Jesus da Lapa – BA – CEP: 47600-000

E-mail: gabinete@lapa.ifbaiano.edu.br / Site: www.ifbaiano.edu.br/unidades/lapa

Telefone: (77) 3481-3210

PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO TÉCNICO EM AGRICULTURA

Forma de Oferta: Subsequente

Modalidade: Presencial

Bom Jesus da Lapa - BA

2019



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS BOM JESUS DA LAPA

Rodovia BR 349, KM 14, S/N - Zona Rural – Bom Jesus da Lapa – BA – CEP: 47600-000

E-mail: gabinete@lapa.ifbaiano.edu.br / Site: www.ifbaiano.edu.br/unidades/lapa

Telefone: (77) 3481-3210

PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO TÉCNICO EM AGRICULTURA

Forma de Oferta: Subsequente

Modalidade: Presencial

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais

Bom Jesus da Lapa - BA

2019

Curso Técnico em Agricultura - Subsequente**DADOS INSTITUCIONAIS****Nome:** Instituto Federal Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa**Endereço:** Rodovia BR 349, KM 14 – Zona Rural – Bom Jesus da Lapa – BA**E-mail:** gabinete@lapa.ifbaiano.edu.br**CNPJ:** 10.724.903/0006-83**Telefone:** (77) 3481-2521**HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO CURSO**

Etapas	Grupo Responsável	Resolução de Aprovação
Criação do Curso Grupo de Trabalho Externo	Elisa Eni Freitag João Abel da Silva Paulo Emílio R. Donato Helena Luíza Oliveira Coura Márcio da Silva Alves	Projeto aprovado pela Resolução nº 07, 2014/CONSUP/IF Baiano, de 14/02/2014.
Criação do Curso Grupo de Trabalho Interno Período 05/2013 a 10/2013	Elisa Eni Freitag Estácio Moreira da Silva Geângelo de Matos Rosa Heron Ferreira de Souza Jefferson Oliveira de Sá Lindomar Santana Aranha Márcio da Silva Alves Mirian Alves Pereira Ubiratan Oliveira de Souza	

Curso Técnico em Agricultura - Subsequente

<p align="center">Reformulação</p> <p align="center">Período 08/2015 a 12/2016</p>	<p>Jefferson Oliveira de Sá Marcio da Silva Alves Elisa Eni Fresta Geângelo de Matos Rosa Junio Batista Custódio</p>	<p>Projeto aprovado pela Resolução nº 06, 2016/CONSUP/IF Baiano, de 07/02/2017. Ratificada pela Resolução 34, de 28/08/2017.</p>
<p align="center">Alteração Curricular</p> <p align="center">Período 30/11/2017 a 15/12/2017</p>	<p>Jefferson Oliveira de Sá Wellington Dantas de Sousa Elisa Eni Fresta Geângelo de Matos Rosa Junio Batista Custódio</p>	<p align="center">Dispensa Resolução.</p>
<p align="center">Alteração Curricular</p> <p align="center">Período 09/09/2019 a 20/12/2019</p>	<p>Fabiana Santos da Silva Patrícia Leite Cruz Silvana Nunes da Costa Junio Batista Custódio</p>	<p align="center">Dispensa Resolução.</p>

Presidente da República
JAIR MESSIAS BOLSONARO

Ministro da Educação
ABRAHAM WEINTRAUB
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
ARIOSTO ANTUNES CULAU

Reitor do Instituto Federal Baiano
AÉCIO JOSÉ ARAÚJO PASSOS DUARTE

Pró-Reitora de Ensino do Instituto Federal Baiano
ARIOMAR RODRIGUES DOS SANTOS

Diretor Geral do Instituto Federal Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa
GEÂNGELO DE MATOS ROSA

Diretor Acadêmico – *Campus* Bom Jesus da Lapa
ANTÔNIO HÉLDER RODRIGUES SAMPAIO

Coordenador de Ensino – *Campus* Bom Jesus da Lapa
JORGE VIANA DOS SANTOS

Curso Técnico em Agricultura - Subsequente**NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO****Portaria nº 62, de 15/08/2019**

Fabiana Santos da Silva	Professor EBTT / Agronomia
Patrícia Leite Cruz	Professor EBTT / Agronomia
Silvana Nunes da Costa	Professora EBTT / Agronomia
Junio Batista Custódio	Técnico em Assuntos Educacionais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa do Médio São Francisco.....	11
Figura 2. Mapa do Território do Velho Chico.	11
Figura 3. Resultado da Pesquisa de opinião quanto à preferência de eixo tecnológico.	16
Figura 4. Vista frontal do IF Baiano campus Bom Jesus da Lapa.	18

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Estrutura Curricular do Curso.....	35
Tabela 2. Matriz curricular do Curso Técnico em Agricultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - Campus Bom Jesus da Lapa	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Principais cultivos com financiamentos disponíveis no Plano Safra 2010/2011 nos municípios do MSF.....	14
Quadro 2. Amostra da população para a aplicação do questionário baseado no número de habitantes de cada município.....	15
Quadro 3. Pesquisa de opinião sobre os cursos técnicos que poderiam ser ofertados no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Bom Jesus da Lapa.....	16
Quadro 4. Resultados do levantamento de matriculados no ano de 2009 no Município de Bom Jesus da Lapa.....	17
Quadro 5 – Instalações e culturas destinados ao desenvolvimento do Curso Técnico em Agricultura no <i>Campus</i> Bom Jesus da Lapa.....	64
Quadro 6 - Máquinas, implementos e equipamentos destinados ao desenvolvimento do Curso Técnico em Agricultura no <i>Campus</i> Bom Jesus da Lapa.....	65
Quadro 7 - Instalações físicas do <i>Campus</i> Bom Jesus da Lapa.....	66
Quadro 8 - Salas de Aula do <i>Campus</i> Bom Jesus da Lapa.....	67
Quadro 9 - Equipamentos e instrumentos dos laboratórios do <i>Campus</i> Bom Jesus da Lapa.....	68
Quadro 10 - Relação de Docentes do <i>Campus</i> Bom Jesus da Lapa.....	72
Quadro 11 - Relação de Técnicos Administrativos em Educação efetivos do <i>Campus</i> Bom Jesus da Lapa.....	73

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	8
2 APRESENTAÇÃO.....	9
3 JUSTIFICATIVA DO CURSO	11
3.1 O ESTUDO DE DEMANDA DESENVOLVIDO	15
3.2. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS/CURSO.....	17
3.2.1 O Campus Bom Jesus da Lapa	17
4 OBJETIVOS	20
4.1 OBJETIVO GERAL.....	20
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	20
5 PERFIL DO EGRESSO	21
6 PERFIL DO CURSO	23
7 REQUISITOS DE INGRESSO	25
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO	26
8.1 ESTRUTURA CURRICULAR	27
8.1.1 Interdisciplinaridade	28
8.1.2 Relação parte-totalidade	29
8.1.3 Relação teoria/prática	29
8.1.4 A pesquisa como princípio educativo.....	30
8.2 METODOLOGIA DO CURSO	31
8.3 PROJETO INTEGRADOR	33
8.4 MATRIZ CURRICULAR	35
9. PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR – PCC	37
10 ESTÁGIO CURRICULAR (CÓDIGO ECUS03)	49
11 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	52
12 AVALIAÇÃO.....	53

12.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM.....	53
12.2 AVALIAÇÃO DO CURSO.....	54
13 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	56
13.1 PROGRAMADE NIVELAMENTO	56
13.2 PROGRAMA DE MONITORIA	56
13.3 PROGRAMA DE TUTORIA ACADÊMICA.....	57
13.4 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E ESTÍMULO À PERMANÊNCIA	57
13.4.1 Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante – PAISE	58
13.4.2 Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico	58
13.4.3 Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer	59
13.4.4 Programa de Incentivo à Participação Político-Acadêmica	59
13.4.5 Programa de Apoio à Diversidade e Ações Afirmativas - PROADA	60
13.4.6 Programa de Assistência Integral à Saúde - Pró-Saúde.....	60
13.4.7 Programa de Educação em Direitos Humanos - PEDH.....	60
13.4.8 Programa de Cotas - PRÓ-COTAS	61
13.5 POLÍTICA DE ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECÍFICAS	61
13.6 POLÍTICA DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL.....	62
13.7 PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	62
13.8 PROGRAMA DE INICIAÇÃO EM EXTENSÃO	62
13.9 SISTEMAS DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	63
14. INFRAESTRUTURA.....	64
14.1 ÁREA AGRÍCOLA	64
14.2 INFRAESTRUTURA FÍSICA	66
14.2.1 Recursos Didáticos	67
14.2.2 Salas de Aula.....	67
14.2.3 Biblioteca	68
14.2.4 Laboratórios	68
15. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....	72
17. REFERÊNCIAS	76
18. ANEXOS.....	79

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO	Técnico em Agricultura
TIPO DE CURSO	Subsequente/ presencial
HABILITAÇÃO	Técnico em Agricultura
DESCRIÇÃO DO CURSO	Planeja, organiza, dirige e controla a produção vegetal sustentável. Propaga espécies vegetais. Elabora, executa e monitora projetos agrícolas. Maneja o solo e a água mediante práticas conservacionistas. Projeta e implanta sistemas de irrigação e drenagem. Promove o manejo integrado de pragas, doenças e plantas espontâneas. Planeja e faz a gestão e o controle da produção. Supervisiona a colheita e a pós-colheita das principais culturas. Identifica e aplica técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos. Elabora laudos, perícias, pareceres e relatórios. Administra a propriedade agrícola. opera máquinas e implementos agrícolas.
HABILITAÇÃO	Técnico em Agricultura
FORMA	Presencial
MODALIDADE	Subsequente
PÚBLICO ALVO	Egressos do Ensino Médio
DATA DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO	1º semestre de 2014
REGIME ACADÊMICO	Periodização semestral.
INTEGRALIZAÇÃO	Período mínimo/máximo: 1 ano e seis meses/5anos
NÚMERO DE VAGAS	40 vagas / turma
TURNOS DE FUNCIONAMENTO	Diurno
NÚMERO DE TURMAS	Duas turmas / ano
REGIME DE MATRÍCULA	Semestral
CARGA HORÁRIA	1200 horas
CARGA HORÁRIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO	200 horas

2 APRESENTAÇÃO

Com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em 2008, o governo federal ampliou seu compromisso com a educação dos jovens e adultos brasileiros. Nesse contexto, surge o Instituto Federal Baiano, detentor da singularidade da produção de conhecimento ligado à biodiversidade no estado da Bahia, uma tradição herdada das escolas que o originaram.

O IF Baiano é composto pela integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, Santa Inês, Guanambi e Senhor do Bonfim com as Escolas Média Agropecuária da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), conhecidas como as EMARC de Uruçuca, Valença, Itapetinga e Teixeira de Freitas e assim também pelo campus de Bom Jesus da Lapa, Governador Mangabeira, Serrinha, Xique-Xique, Alagoinhas e Itaberaba.

É importante salientar que a consolidação do campus Bom Jesus da Lapa representa um incremento à ação educacional do município e região, além de perceber-se que a região tem um grande foco na produção agrícola, com enfoque dinâmico em cultivos anuais e perenes, valorização do processo sistêmico e da organização produtiva.

O principal objetivo da reformulação do referido Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Agricultura Subsequente é adequá-lo à legislação, diretrizes educacionais e documentos institucionais vigentes com o intuito de construir uma identidade e fortalecimento dos itinerários formativos dos estudantes de maneira sólida e exequível.

A base legal do referido documento pauta-se na Constituição Brasileira Nacional (BRASIL, 1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394 (BRASIL, 1996), no Plano Nacional de Educação (PNE), Resolução CONSUP/IF Baiano N° 48, alterada pela resolução n° 21 de 17 de maio de 2016, no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e demais diretrizes nacionais instituídas.

Os aspectos metodológicos utilizados para a condução das atividades de reformulação do PPC basearam-se nas seguintes etapas:

- 1- Implantação dos Núcleos de Assessoramento Pedagógicos (NAP);
 - 2- Reunião com os Coordenadores de Ensino e Representantes dos Coordenadores de Curso;
 - 3- Elaboração das Minutas dos Projetos Pedagógicos de Curso nos campi;
 - 4- Encontro de Coordenação de Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IF Baiano;
-

- 5- Socialização das Minutas dos PPCs para contribuições dos campi e possíveis alterações.

Serão apresentados no presente PPC a importância do Curso para o Território, o perfil do profissional esperado na conclusão do curso, a concepção pedagógica e organização curricular, o programa de ementário, os instrumentos e critérios de avaliação e de ingresso, bem como a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do curso.

3 JUSTIFICATIVA DO CURSO

Historicamente, segundo Olalde *et al* (2007), no processo de ocupação do que hoje se chama Médio São Francisco (Figura 1 e 2), a agricultura, em princípio era voltada para o autoconsumo e implantou-se no vale em paralelo ao processo de povoamento.

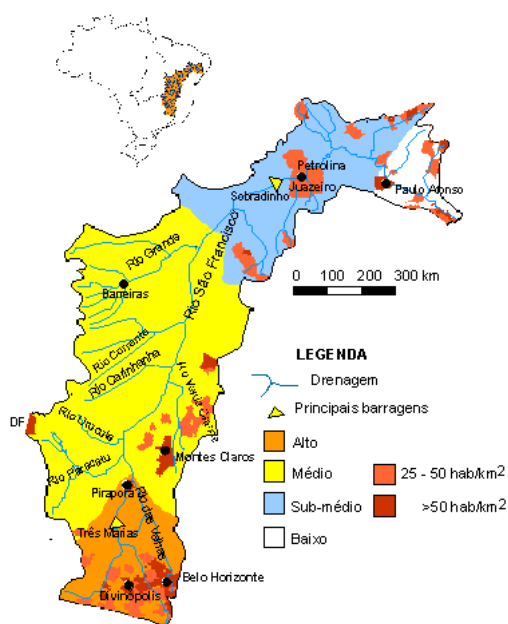


Figura 1. Mapa do Médio São Francisco.

Fonte: http://www.soberania.org/Articulos/articulo_3285.htm



Figura 2. Mapa do Território do Velho Chico.

Fonte: <http://www.brasiliafazendas.com.br/mapas/mapas.htm>

Embora as intervenções do Estado tenham se iniciado num período anterior, é a partir do final da década de 70 que se destaca uma maior intervenção governamental no Médio São Francisco (MSF) por meio da construção de rodovias e da implantação de projetos de irrigação. Para tanto, no início de 1972, por meio da Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) foi criado o Programa de Desenvolvimento do Vale (PROVALE) - Decreto Lei nº 1.207, de 07.02.1972 - com o objetivo de modernizar e dinamizar a região. Este projeto priorizava: proteção das margens e melhoria da navegabilidade do rio São Francisco; obras de urbanização, infraestrutura social e de saneamento; implantação de projetos de reflorestamento e de irrigação; criação de parques nacionais e construção de

rodovias. A construção das três pontes sobre o rio São Francisco, em Juazeiro, Ibotirama e Bom Jesus da Lapa, foi outro importante traço de desenvolvimento, uma vez que permitiu a conexão com Salvador e Brasília.

Existem hoje no MSF alguns polos de atividades econômicas, como no caso dos perímetros irrigados localizados no município de Bom Jesus da Lapa, em especial, aqueles implantados com o apoio da Companhia para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). O resultado dessas intervenções significou uma reorganização produtiva e, como consequência, a valorização fundiária e um novo arranjo regional.

Bom Jesus da Lapa se destaca como o único município com perímetros irrigados da região do MSF, onde se concentra o maior volume de investimentos e a melhor infraestrutura urbana. Situada em um entroncamento rodoviário estratégico, que liga Salvador a Barreiras e Brasília, o município foi dinamizado, ainda, pela construção de uma das três pontes existentes sobre o rio São Francisco.

Segundo GeografAR (2010), a região do MSF é um claro exemplo onde a concentração de poder político e econômico está diretamente associada à concentração da terra. Após 1970, o processo de reestruturação produtiva alterou, profundamente, as relações de produção na agricultura e a valorização das terras. Este processo, apoiado pelo Estado, gera novas formas capitalistas de posse e uso da terra, a exemplo dos projetos de irrigação, colocando em risco as formas históricas de acesso à terra, como é o caso das Comunidades Quilombolas, Fundos e Fechos de Pasto e Comunidades Ribeirinhas.

Todavia, no período recente, a atuação dos movimentos sociais vem promovendo uma série de iniciativas forçando e conquistando o reconhecimento e a legalização de seu modo de ocupação do território, por parte do Estado, contribuindo para a consolidação de um mosaico variado de formas de acesso à terra na Região. Assim, o MSF mostra-se um *locus* privilegiado de análise por ter em seu espaço uma grande diversidade de formas de acesso a terra, concentrando a maior área reformada e o maior número de famílias assentadas no estado da Bahia, ou seja, de pessoas com perfil voltado para as produções agrícola e/ou pecuária.

A partir deste contexto, políticas públicas buscam uma adequação ao perfil produtivo da região. Por isso, segundo a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia, o Plano Safra¹, previsto para atuar em Regiões Econômicas, visa oferecer

¹ Os produtores rurais brasileiros terão R\$ 116 bilhões para financiar a safra 2010/2011. O valor é 7,4% maior do que o disponibilizado no ciclo passado. Segundo o Ministério da Agricultura, que lança hoje o Plano Agrícola e Pecuário, a agricultura comercial terá R\$ 100 bilhões disponíveis, enquanto a familiar terá R\$ 16 bilhões. Na safra 2009/2010, a agricultura comercial teve R\$ 93

aos empresários alternativas plurais de investimentos em atividades pujantes e rentáveis, mantendo os incentivos do Governo e de outras fontes que agreguem maior valor à produção, estimulando e facilitando o beneficiamento, a comercialização e a exportação dos seus produtos. A prioridade também é a organização das entidades associativas dos produtores, possibilitando o acesso a mecanismos que auxiliem a capacitação profissional e a assistência técnica aos pequenos produtores rurais, foco central da parceria com Banco do Nordeste. Assim, é possível perceber que na região do MSF, há uma grande articulação para dinamizar a economia pautada na agricultura, tendo a região, um planejamento contido nos Planos Safras a partir de 2003 até o presente, valorizando e oportunizando cultivos potenciais.

Conforme a mesma fonte, os incentivos se dão na perspectiva de financiamento para as atividades, fomentando o incremento produtivo, a valorização do produto regional e o acesso a novos mercados.

Exemplos disso, como destacados no Quadro 1, são atividades como cultivo de algodão, com o objetivo de recuperar a cultura algodoeira nas regiões tradicionais e expandir a área de cultivo na região Oeste do Estado, tendo como municípios prioritários para financiamento: Bom Jesus da Lapa, Brejolândia, Carinhanha, Ibotirama, Iuiú, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Riacho de Santana e Serra do Ramalho. O cultivo de caju, objetivando modernizar a cajucultura baiana, recuperando os cajuais decadentes e incorporando novas áreas de plantio com adoção de tecnologia moderna para aumentar a produção e produtividade, gerando emprego e renda nas regiões produtoras, tendo no MSF, os municípios prioritários: Barra, Bom Jesus da Lapa, Brejolândia, Buritirama, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Iuiú, Malhada, Morporá, Muquém do São Francisco, Paratinga, Riacho de Santana e Serra do Ramalho.

Quadro 1. Principais cultivos com financiamentos disponíveis no Plano Safra 2010/2011 nos municípios do MSF.P

Cultivos	Municípios
Algodão	Bom Jesus da Lapa, Brejolândia, Carinhanha, Ibotirama, Iuiú, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Riacho de Santana e Serra do Ramalho.
Caju	Barra, Bom Jesus da Lapa, Brejolândia, Buritirama, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Iuiú, Malhada, Morporá, Muquém do São Francisco, Paratinga, Riacho de Santana e Serra do Ramalho.
Cana de açúcar	Barra, Bom Jesus da Lapa, Buritirama, Ibotirama, Iuiú, Malhada, Muquém do São Francisco e Sítio do Mato.
Citricultura	Brejolândia e Muquém de São Francisco.
Mamona	Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Serra da Mata, Matina, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato

Fonte: Plano Safra 2010/2011.

O Plano Safra possui ainda o propósito de melhorar o processo produtivo da cana-de-açúcar e dos produtos derivados, especialmente do álcool e do açúcar em Barra, Bom Jesus da Lapa, Buritirama, Ibotirama, Iuiú, Malhada, Muquém do São Francisco e Sítio do Mato. Gerar e difundir tecnologias para melhorar os sistemas de produção da citricultura, inclusive com uso da irrigação, visando o aumento de produção e de produtividade, a expansão da área cultivada, a modernização da comercialização e a consequente recuperação da Citricultura Baiana – Brejolândia e Muquém de São Francisco. Proporcionar apoio técnico e financeiro aos agricultores, cooperativas e associações legalmente constituídas, bem como viabilizar a ampliação, diversificação e modernização da área de fruticultura irrigada no Estado. Barra, Bom Jesus da Lapa, Serra do Ramalho e Sítio do Mato.

Aumentar a produção de mamona através da expansão da área cultivada e dos ganhos de produtividade, para atender a demanda atual de matéria-prima para a produção de óleo e as necessidades futuras para produção de biodiesel – Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Serra da Mata, Matina, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio da Mata. Proporcionar a modernização através do reequipamento dos estabelecimentos agroindustriais, com ênfase nos abatedouros e serviços de transporte, centrais de distribuição e estabelecimentos varejistas do Estado, intensificando as ações de fiscalização e de educação sanitária – Barra, Bom Jesus da Lapa e Ibotirama.

De modo geral, percebe-se que a Região tem um grande foco na produção agrícola, com enfoque dinâmico em cultivos anuais e perenes, valorização do processo sistêmico e da organização produtiva. Atividades como o cultivo da banana, feijão e milho despontam como atividades importantes na região, mas já em caráter consolidado, com características

competitivas no mercado, apresentando grandes oportunidades de trabalho. Por fim, no que tange justificar a importância de um curso Técnico em Agricultura é pensar no potencial histórico acumulado na região, construído na perspectiva da produção agrícola e, sobretudo, pensar que esta dinâmica, ainda pujante, traz a necessidade premente de qualificação profissional pautada nas premissas do desenvolvimento local e regional sustentável, com a potencialização, dinamização e inclusão socioeconômica dos diferentes sujeitos do campo.

3.1 O ESTUDO DE DEMANDA DESENVOLVIDO

O presente plano de curso Técnico em Agricultura é fruto de estudos, discussões e reflexões durante o período de sua elaboração e está embasado em pesquisa de opinião pública, consultas técnicas, entrevistas, por meio de questionários, com empresários e profissionais ligados ao segmento.

A pesquisa de opinião pública foi aplicada em sete municípios da região em torno do Campus de Bom Jesus da Lapa. Com o objetivo de validar os resultados referentes à amostragem para o número de questionários de verificação a priori escolhido, o que somou um total 1.707 instrumentos aplicados nos municípios de Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana, Santa Maria da Vitória, São Felix do Coribe, Sítio do Mato, Paratinga e Serra do Ramalho distribuídos nos municípios da região, como mostra o quadro 2.

Quadro 2. Amostra da população para a aplicação do questionário baseado no número de habitantes de cada município.

Cidade	População	Amostra	Instrumentos aplicados
Bom Jesus da Lapa	66.192	661	541
Riacho de Santana	30.602	268	251
Santa Maria da Vitória	41.758	368	320
São Felix do Coribe	13.504	119	118
Sítio do Mato	13.187	116	116
Paratinga	29.874	263	265
Serra do Ramalho	31.809	280	96

A pesquisa foi estruturada em quatro eixos tecnológicos: i) Recursos naturais; ii) Infraestrutura; iii) hospitalidade e lazer; e iv) Controles e processos industriais. O resultado desta pesquisa foi favorável ao Eixo Tecnológico Recursos Naturais, onde 35% dos entrevistados optaram por este eixo (Figura 3).

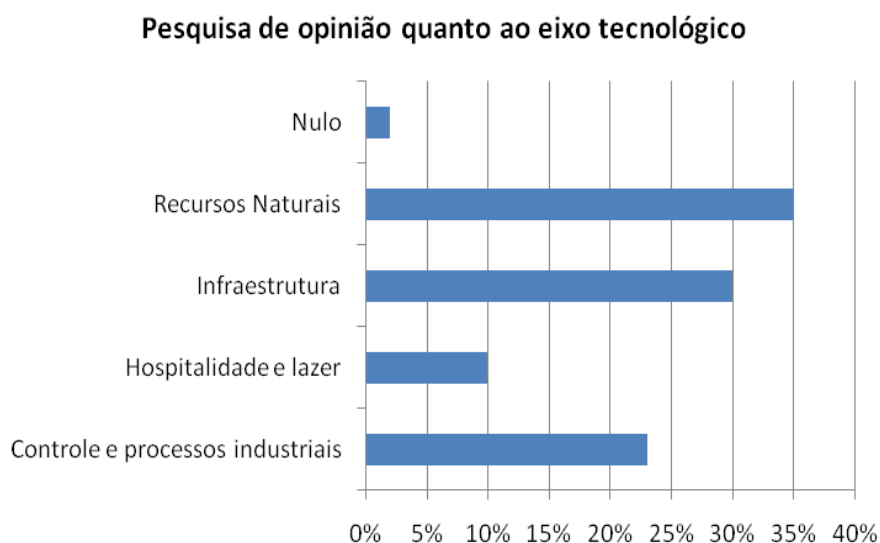


Figura 3. Resultado da Pesquisa de opinião quanto à preferência de eixo tecnológico.

Em relação ao curso que poderia ser oferecido pelo Instituto Federal Baiano em Bom Jesus da Lapa o curso de Agricultura obteve o maior percentual de votação (16%) entre os entrevistados, conforme Quadro 3, o que já era esperado, visto que, é umas das atividades predominantes na economia da região.

Quadro 3. Pesquisa de opinião sobre os cursos técnicos que poderiam ser ofertados no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Bom Jesus da Lapa.

Cursos Técnicos	Percentual de escolha
Agricultura	16%
Desenho e Construção Civil	12%
Turismo e Hotelaria	10%
Eletrônica	10%
Química	8%
Saneamento Básico	8%
Agroecologia	5%
Eletricista	5%
Geologia	5%
Irrigação	5%
Mineração	4%
Agrimensura	3%
Edificações	3%
Nulo	2%

Fonte: Relatório IFBaiano Campus Bom Jesus da Lapa, 2010.

Curso Técnico em Agricultura - Subsequente

Acrescenta-se ainda, que o Campus Bom Jesus da Lapa realizou levantamento dos cursos oferecidos na cidade e os resultados encontrados confirmam que durante o ano de 2009 as instituições de ensino público e gratuito não ofereceram Educação Profissional Técnica de Nível Médio, os resultados da consulta são mostrados no Quadro 4.

Quadro 4. Resultados do levantamento de matriculados no ano de 2009 no Município de Bom Jesus da Lapa.

Matriculados em 2009 - Bom Jesus da Lapa		
Dependência	Ensino Médio	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
Federal	0	0
Estadual	3473	0
Municipal	0	0
Privada	255	67
Total	3728	67

Fonte: Censo, 2009.

Os dados do Quadro 4 revelaram que em 2009, no município de Bom Jesus da Lapa, foram matriculados 3728 estudantes no Ensino Médio e apenas 67 na Educação Profissional, Técnica de Nível Médio. Assim, foi possível perceber que existe um número muito grande de pessoas a serem contemplados com a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio de forma gratuita.

A partir dessa demanda o Campus de Bom Jesus da Lapa propõe a implantação do Curso Técnico em Agricultura da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma Subsequente para os concluintes e egressos do Ensino Médio da comunidade local e regional.

3.2. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS/CURSO

3.2.1 O *Campus* Bom Jesus da Lapa

O *Campus* Bom Jesus da Lapa localiza-se à margem esquerda da BR 349, distante 14 km do centro da Cidade de Bom Jesus da Lapa. Foi criado através da lei 11.892 de 2008, visando atender às demandas dos municípios localizados na região do Médio São Francisco, através da formação de mão de obra qualificada para atuar em diversos setores da sociedade.



Figura 4. Vista frontal do IF Baiano campus Bom Jesus da Lapa.

O *Campus* Bom Jesus da Lapa dispõe de uma infraestrutura singular, composta de 04 laboratórios de informática, três laboratórios de diversas áreas (Biologia, Matemática/Física e Química), biblioteca, auditório, ginásio de esportes, refeitório, bloco administrativo e um conjunto de 10 salas de aula climatizadas e com recursos multimídias suficientes para atendimento das demandas do curso técnico, totalizando uma área construída superior a 4.257,26 m². A estrutura e o potencial que o *Campus* Bom Jesus da Lapa possui têm sido reconhecidos regionalmente e gerado grandes anseios e expectativas na população, que carece de oportunidades educacionais e formativas. O campus apresenta uma área agrícola de 92 hectares, com potencial para realização de aulas práticas e execução de projetos de pesquisa e extensão, conforme se observa na infraestrutura descrita no item 14 deste projeto.

O campus não possui, ainda, infraestrutura adequada para atendimento aos alunos com necessidades educacionais específicas, porém apresenta um Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), e as adequações para melhoria da infraestrutura necessária estão previstas no projeto de expansão do campus.

Em uma lógica segundo a qual o Sertão não teve, historicamente, possibilidades de dinâmicas educativas e econômicas expressivas, a consolidação do Campus Bom Jesus da Lapa representa uma relevante política pública de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, de modo que a interiorização de uma instituição federal de ensino, com a *expertise* do IF Baiano, tem significado a ampliação das oportunidades de profissionalização e de formação humana, pautadas no desenvolvimento de competências e habilidades necessárias a inclusão dos alunos no mundo do trabalho e a uma

vida produtiva e autônoma, respeitando-se as diversidades cultural, étnico-racial e a sustentabilidade ambiental.

O Curso Técnico em Agricultura, modalidade subsequente, busca atender as demandas das populações rurais – produtores rurais, povos quilombolas, agricultores familiares, comunidades ribeirinhas, egressos do ensino médio de modo geral que tenham interesse em ampliar e qualificar o conhecimento teórico-prático vinculado ao setor de produção agrícola.

No que se refere às Políticas de Inclusão de estudantes, o item 13 do presente projeto discorre sobre os diversos programas que são desenvolvidos no campus em sintonia com as questões do mundo do trabalho, respeito à diversidade cultural, étnico-racial e geracional, atenção às pessoas com necessidades educacionais específicas.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Ofertar o Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agricultura, objetivando proporcionar a formação de um profissional que possa direta e efetivamente melhorar a qualidade de seus serviços por meio da aplicação dos conceitos e novos conhecimentos e preocupando-se com os aspectos socioeconômicos, além dos impactos ambientais ligados a prática agrícola.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Propiciar ao aluno conhecimento para que o mesmo possa planejar, executar e monitorar etapas da produção agrícola sustentável das principais culturas; além de auxiliar na implantação e gerenciamento de sistemas de controle de qualidade na produção agrícola elaborando relatórios e aplicando técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos;
 - Permitir ao aluno desenvolver competências para atuar em atividades de extensão, associativismo, cooperativismo e empreendedorismo;
 - Habilitar profissionais com senso crítico/analítico, espírito de liderança, capacidade organizacional e visão sistêmica, consciente da responsabilidade social inerente a sua profissão;
 - Permitir ao estudante que o mesmo possa ter habilidade para desenvolver unidades de produção familiar condizente com a realidade local;
 - Desenvolver a educação profissional integrada ao trabalho, à ciência e à tecnologia;
 - Enfatizar, paralelamente à formação profissional específica, o desenvolvimento de todos os saberes e valores necessários ao profissional-cidadão, tais como o domínio da linguagem, o raciocínio lógico, relações interpessoais, responsabilidade, solidariedade e ética, entre outros;
 - Desenvolver as ações planejadas em parcerias com empresas, produtores, Entidades e Instituições ligadas ao setor primário, oportunizando aos estudantes o contato direto com o mundo do trabalho;
 - Oportunizar aos estudantes, a possibilidade de construção de conhecimento tecnológico, através de pesquisas e experiências desenvolvidas.
-

5 PERFIL DO EGRESSO

Segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos instituído pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de dezembro de 2014, com base no Parecer CNE/CEB nº 8, de 9 de outubro de 2014, homologado pelo Ministro da Educação, em 28 de novembro de 2014 e Resolução Nº 278, de 27 maio 1983/CONFEA (CONFEA, 1983) o profissional concluinte do curso Técnico em Agricultura, deverá ser capaz de planejar, organizar, dirigir e controlar a produção vegetal sustentável. Propagar espécies vegetais. Elaborar, executar e monitorar projetos agrícolas. Manejar o solo e a água mediante práticas conservacionistas. Projetar e implantar sistemas de irrigação e drenagem. Promover o manejo integrado de pragas, doenças e plantas espontâneas. Planejar e gerir o controle da produção. Supervisionar a colheita e a pós-colheita das principais culturas. Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos. Elaborar laudos, perícias, pareceres e relatórios. Administrar a propriedade agrícola. Operar máquinas e implementos agrícolas.

Esse profissional deverá demonstrar as capacidades de:

I - desempenhar cargos, funções ou empregos em propriedades rurais; Empresas de consultoria agrícola; Instituições de assistência técnica; Extensão rural e pesquisa; Comércio do agronegócio; Indústrias de insumos agropecuários; Cooperativas e associações rurais. Atuando também como profissional autônomo em empreendimento próprio.

II - atuar em atividades de extensão rural, assistência técnica, associativismo, cooperativismo, empreendedorismo, pesquisa e divulgação técnica;

III - responsabilizar-se pela elaboração de projetos e assistência técnica nas áreas de:

- a) crédito rural e agroindustrial para efeitos de investimento e custeio;
- b) topografia na área rural;
- d) produção vegetal;
- e) construção de benfeitorias rurais;
- f) irrigação e drenagem.

IV - elaborar orçamentos, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias;

V - prestar assistência técnica e assessoria no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos de vistoria, perícia, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes tarefas:

- a) coleta de dados de natureza técnica;
-

- b) desenho topográfico;
 - c) elaboração de orçamentos de materiais, insumos, equipamentos, instalações e mão de obra;
 - d) detalhamento de programas de trabalho, observando normas técnicas e de segurança no meio rural;
 - e) manejo e regulação de máquinas e implementos agrícolas;
 - f) execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao preparo do solo até à colheita, armazenamento e comercialização dos produtos agropecuários;
 - VI - conduzir, executar e fiscalizar obras e serviços técnicos, compatíveis com a respectiva formação profissional;
 - VII - administrar propriedades rurais em nível gerencial;
 - VIII - prestar assistência técnica na multiplicação de sementes e mudas, comuns e melhoradas;
 - IX - treinar e conduzir equipes de instalação, montagem e operação, reparo ou manutenção;
 - X - treinar e conduzir equipes de execução de serviços e obras de sua modalidade;
 - XI - analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área a serem implementadas;
 - XII - selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de vetores e pragas, doenças e plantas daninhas, responsabilizando-se pela emissão de receitas de produtos agrotóxicos;
 - XIII - planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita, responsabilizando-se pelo armazenamento, a conservação e a comercialização dos produtos agropecuários;
 - XIV - elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção vegetal;
 - XV - implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agrícola;
 - XVI - identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos;
 - XVII - projetar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão de empreendimentos;
 - XVIII - realizar medição, demarcação de levantamentos topográficos, bem como projetar, conduzir e dirigir trabalhos topográficos em atividades agrícolas;
 - XIX - emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos de origem vegetal;
 - XX - implantar pomares, acompanhando seu desenvolvimento até a fase produtiva;
 - XXI – planejar sistemas produtivos fundamentados nas premissas da agroecologia.
-

6 PERFIL DO CURSO

Trata-se de um curso voltado para atividades ligadas à agricultura, em que os profissionais formados podem atuar em empresas de produção e consultoria agrícola; Instituições de assistência/assessoria técnica, extensão rural e pesquisa; Comércio de equipamentos e produtos agrícolas; Unidades de produção familiar; Cooperativas e associações de produção agrícola e também de forma autônoma.

O curso buscará atender às demandas das populações rurais – produtores rurais, povos quilombolas, agricultores familiares, comunidades ribeirinhas, egressos do ensino fundamental de modo geral que tenham interesse em ampliar e qualificar o conhecimento teórico-prático vinculado ao setor de produção agrícola.

Segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos instituído pelo MEC, através da Resolução CEB nº 1, de 5 de dezembro de 2014, o curso deverá propiciar um contato com a tecnologia agropecuária e contribuir para que o egresso possa planejar, organizar, dirigir e controlar a produção vegetal sustentável. Desse modo, o egresso: propaga espécies vegetais; elabora, executa e monitora projetos agrícolas; maneja o solo e a água mediante práticas conservacionistas; projeta e implanta sistemas de irrigação e drenagem; promove o manejo integrado de pragas, doenças e plantas espontâneas; planeja e faz a gestão e o controle da produção; supervisiona a colheita e a pós-colheita das principais culturas; identifica e aplica técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos; elabora laudos, perícias, pareceres e relatórios; administra a propriedade agrícola; e opera máquinas e implementos agrícolas.

O curso enfatizará, paralelamente à formação profissional específica, o desenvolvimento de todos os saberes e valores necessários ao profissional-cidadão, tais como o domínio da linguagem, o raciocínio lógico, relações interpessoais, responsabilidade, solidariedade e ética, entre outros.

Serão desenvolvidas ações planejadas em parcerias com empresas, produtores, entidades e instituições ligadas ao setor primário, oportunizando aos estudantes o contato direto com o mundo do trabalho e a possibilidade de construção de conhecimento tecnológico, através de pesquisas e experiências desenvolvidas.

Os princípios pedagógicos, filosóficos e legais que subsidiam a organização pedagógica do curso são aqueles em que a relação teoria-prática é o princípio fundamental que associados à estrutura curricular do curso, conduzem a um fazer pedagógico no qual

atividades como seminários, visitas técnicas, práticas laboratoriais e desenvolvimento de projetos, entre outros, estão presentes em todos os períodos letivos.

A integração entre a teoria e as práticas de trabalho ocorrerão durante toda a vida acadêmica do aluno e principalmente nos seguintes momentos: nas aulas realizadas nos laboratórios do curso; nas visitas a empresas agrícolas da região; na realização do estágio, quando o aluno vivenciará o trabalho do Técnico em Agricultura sob a orientação de um professor orientador; nas disciplinas dos núcleos temáticos, os quais são formas de trabalhar a teoria e a prática de modo mais veemente, uma vez que consolida o trabalho em equipe e a ampla discussão de problemas locais e regionais sob a ótica do pensar estratégico, do pensar para ação; na participação em eventos técnicos e científicos da área de agricultura; na participação em projetos de pesquisa e extensão.

7 REQUISITOS DE INGRESSO

Para que o aluno tenha acesso ao curso Técnico em Agricultura, exige-se a conclusão do Ensino Médio ou equivalente.

A forma de acesso ao curso no âmbito do IF Baiano *Campus* Bom Jesus da Lapa, dar-se-á por meio de: Processo Seletivo Institucional Unificado, Transferência Compulsória, Transferência Interna ou Externa, atendido ao que dispõe a legislação vigente do País e as normas internas da Instituição, destacando-se os critérios a seguir:

- A admissão de alunos regulares ao curso será realizada anualmente, através de processo seletivo unificado para ingresso no primeiro período do curso ou através de transferência para qualquer período.
 - A Transferência compulsória ou *ex-officio* dar-se-á independente de vaga específica e poderá ser solicitada a qualquer época do ano para os casos previsto em Lei.
 - A Instituição fixará, através de edital, número de vagas disponíveis e todas as informações e critérios referentes ao processo seletivo.
 - O processo de ingresso poderá adotar, ainda, dispositivos previstos em outras normas institucionais que porventura possam vir a vigorar no IF Baiano.
-

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

A organização curricular do Curso Técnico em Agricultura Subsequente, *Campus Bom Jesus da Lapa*, resulta de estudos, debates, reflexões do corpo docente e técnico pedagógico com intuito de atender aos aspectos legais, a saber: Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei nº 11.645/08 (Inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial), Lei nº 11.788/08 (Estágio de estudantes) e normativas correlatas, Resolução CEB/CNE nº 1/2014 (Instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio), Resolução CEB/CNE nº 4/2010, Lei nº 11.947/09 (Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica), Lei nº 10.741/03 (Dispõe sobre o Estatuto do Idoso), Lei nº 9.795/99 (Institui a Política Nacional de Educação Ambiental), Lei nº 9.503/97 (Institui o Código de Trânsito Brasileiro), Decreto nº 7.037/09 (Programa Nacional de Direitos Humanos), Resolução CEB/CNE nº 6/2012 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de nível médio, Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Político Pedagógico, dentre outras legislações e documentos vigentes, que assegurem maior qualidade ao itinerário formativo do(a) estudante.

Considerando o arcabouço legal e os princípios educacionais, o Curso Técnico em Agricultura Subsequente compreende o currículo como uma produção e tradução cultural, intelectual, histórica que relaciona o itinerário formativo do(a) discente com o mundo do trabalho, com a formação técnico humanística integral e com o contexto socioeconômico, vinculando-se aos arranjos produtivos, aos conhecimentos científicos, tecnológicos em relação direta com a comunidade, via extensão e projetos integradores, bem como pela garantia da missão, visão e valores institucionais preconizados no Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano.

O planejamento de cada componente curricular está alicerçado em princípios fundamentais como a ética profissional, cooperativismo, associativismo, empreendedorismo, sustentabilidade ambiental, à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e ao respeito à diversidade cultural, étnico-racial, de gênero, geracional e classes sociais que pressupõem o desenvolvimento de atividades interdisciplinares de forma a permitir ao(a) discente da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) do IF Baiano a aquisição de conhecimentos referentes à realidade na qual este(a) está inserido(a), bem como

a pensar, propor e conhecer inovações tecnológicas, que possibilitem a promoção de novos saberes.

Em relação ao processo de ensino-aprendizagem, a organização curricular baseia-se também na abordagem metacognitiva que não mais aceita o acúmulo de saberes, mas defende a problematização, a contextualização e a proposição e/ou soluções de problemas. Nesse sentido, não se trata apenas de um conhecimento sobre a cognição, mas de uma etapa do processamento de aprendizagem em nível elevado, que é adquirida e desenvolvida pela experiência e pelo conhecimento específico que se concretiza por meio de desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como pela realização de atividades que articulam teoria e prática, visitas técnico-pedagógicas, atuação em cooperativas-escolas, oficinas, aulas práticas, aula de campo, estágios curriculares, leitura compartilhada de projetos científico-tecnológicos, dentre outros, pelos quais o(a) discente pensa, reflete e age a partir de situações-problema (BRASIL, PCN, 2000, p.12).

8.1 ESTRUTURA CURRICULAR

A flexibilização da estrutura curricular é o esteio da práxis pedagógica e da integração do currículo, pois propicia diálogo constante entre os componentes curriculares do curso, via Projeto Integrador, via atividades interdisciplinares, via interação com a comunidade, aprimorando o perfil do egresso, dentre outras ações.

O itinerário formativo do(a) discente pressupõe a articulação entre os conhecimentos estudados e a prática em sala de aula, prática em campo de forma que o(a) estudante adquira as competências necessárias à sua atuação profissional.

O Curso Técnico em Agricultura na forma Subsequente será desenvolvido na forma presencial, estruturado no Desenho Curricular, em regime semestral, com uma carga horária de 1.200 (três mil e duzentas) horas na vigência do curso, havendo a possibilidade de realização de atividades não presenciais de acordo com o Parágrafo único do Artigo 26 da Resolução CEB/CNE nº 6/2012 (Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio) que prevê até 20% (vinte por cento) da carga horária diária do curso pode ser realizada à distância, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores; e Estágio Supervisionado obrigatório de 200 (duzentas) horas.

Esta parte do currículo é composta pelos componentes curriculares que se referem aos conhecimentos e habilidades inerentes à educação profissional técnica. O núcleo se constitui a partir do perfil do egresso do curso Técnico em Agricultura Subsequente, tendo como parâmetros os fundamentos científico-tecnológicos da agricultura, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada componente curricular.

Tabela 1. Estrutura Curricular do Curso Técnico em Agricultura na Modalidade Subsequente

Componentes Curriculares	Carga Horária (h)
Carga Horária das Disciplinas Obrigatórias	1.200 horas
Carga Horária do Estágio Supervisionado	200 horas
Total	1.400 horas

Compreendendo que o domínio da ciência e da tecnologia constitui-se a partir da integração das diversas culturas, a concepção curricular deste curso atende às orientações da Lei nº 11.645/2008, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História da Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

A estrutura curricular deste Curso estabelece como princípio basilar a relação teoria/prática para o desenvolvimento das habilidades problematizadoras, investigativas, reflexivas, críticas e de síntese dos conhecimentos científicos e tecnológicos, para o entendimento da realidade social em seu contexto multidimensional.

Na perspectiva da formação cidadã, em atendimento à Resolução nº 2, MEC/CNE/CEB, 2012, busca-se contemplar temáticas contemporâneas, tais como: o processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003); educação ambiental (Lei nº 9.795/1999); educação para o trânsito (Lei nº 9.503/1997); educação em Direitos Humanos (Decreto nº 7.039/2009), Educação nutricional e alimentar (Lei nº 11.947/2009), dentre outras.

8.1.1 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade é estabelecida como princípio organizador do currículo e como metodologia do processo educativo, capaz de direcionar as inter-relações de complementaridade, convergência e interconexões entre os conhecimentos sem desconsiderar

os conceitos, significados, causas, fatores, processos e problemas inerentes aos componentes curriculares.

Nessa perspectiva, conforme Fazenda (1996), a integração/articulação dos diferentes campos do conhecimento entre si, levará a intensidade da troca e interação real dos saberes, da complexidade da vida e dos problemas do cotidianos. Além disso, conforme legislação de ensino em vigor, a interdisciplinaridade atinge os seus objetivos quando: melhora a formação geral do aluno e seu papel na sociedade; atinge uma formação integral, garantindo o desempenho dos futuros profissionais e atendimento das necessidades do mundo do trabalho; incentiva a formação de pesquisadores; garante maior autonomia dos estudantes para prosseguir seus estudos; compreende e modifica o mundo, levando em consideração a complexidade da realidade pelas suas múltiplas e variadas formas.

8.1.2 Relação parte-totalidade

A relação parte – totalidade vincula-se à busca das compreensões globais, totalizantes da realidade, o que aqui se dá pela seleção e interdisciplinaridade de componentes curriculares e conteúdos em relações sincrônicas e diacrônicas. Como afirma Kosik (1978), o(s) fato(s) essencialmente reflete(m) a realidade em níveis diferentes de detalhes e completude. O conhecimento da totalidade dar-se-á, portanto, a partir das partes, e nisto é fundamental distinguir o essencial do secundário.

No âmbito da educação profissional e tecnológica, a relação entre o todo e as partes depende da articulação dos conhecimentos científicos básicos e dos conhecimentos técnicos da área determinada, a partir da apreensão de conceitos gerais e específicos em sua relação intrínseca com os problemas concretos a que os sujeitos são submetidos em seu contexto profissional ou tecnológico. Essa inter-relação reforça a multidimensionalidade do processo de ensino-aprendizagem (econômico, social, político, cultural, técnico) no estudo dos fenômenos, problemas e processos, foco de análise na formação técnica (PACHECO, 2006).

8.1.3 Relação teoria/prática

A relação teoria/prática é crucial para a estruturação do conhecimento e a preparação do profissional no tocante à compreensão da realidade e também atuação no mundo do trabalho, pelas especificidades das atividades produtivas. Busca-se, com isso, romper a ideia

de prática como atividade mecânica em sentido restrito, e possibilitar vivências e experiências que conduzam o educando ao pensamento reflexivo, à problematização do trabalho enquanto relação ciência e prática e ao desenvolvimento da autonomia profissional.

8.1.4 A pesquisa como princípio educativo

A pesquisa como princípio pedagógico e educativo contribui para o desenvolvimento da autonomia intelectual, crítica e reflexiva do sujeito; favorece sua formação humana e científica; direciona na compreensão da realidade e atuação no mundo, bem como amplia suas possibilidades de vivências significativas.

Ao compreender seu meio e agir em função do coletivo, a formação assume uma dimensão integradora sociocultural e técnica na busca de soluções “para as questões teóricas e práticas da vida cotidiana dos sujeitos trabalhadores” (PACHECO, 2006, p.71).

Nesse contexto, o papel da pesquisa é levar o indivíduo a compreender-se como parte da realidade social (seja pela pesquisa aplicada ou básica), instigar a curiosidade, gerar inquietude e estimular a busca de saberes para sua atuação no meio em que vive. Esses saberes articulados entre si e orientados por um princípio ético devem possibilitar ao estudante ser “protagonista na investigação e na busca de respostas em um processo autônomo de (re) construção dos conhecimentos” (RESOLUÇÃO Nº 2, MEC/CNE/CEB, 2012. Art. 13, inc. III).

Para tanto, a pesquisa não está baseada em um acúmulo de informações e conhecimentos, mas estabelece um conjunto necessário de saberes integrados e significativos no âmbito individual e coletivo, com o intuito de “fortalecer a relação entre o ensino e a pesquisa, na perspectiva de contribuir com a edificação da autonomia intelectual dos sujeitos frente à (re) construção do conhecimento e outras práticas sociais” (PACHECO, 2006, p. 71-72).

A consolidação da pesquisa como princípio pedagógico na educação profissional está diretamente atrelada ao desenvolvimento de tecnologias sociais, resultado de uma intervenção social fruto da aproximação efetiva dessa instituição com a comunidade.

Sendo assim, a integração na estrutura curricular do curso, de modo geral - nos moldes atualmente proposto na política educacional e aqui representado pelo desenho curricular e pela proposta pedagógica - é, portanto, uma necessidade inerente ao contexto de desenvolvimento da instituição, para elevar a nossa estrutura educativa e social, buscando

concretamente melhorar a qualidade de vida das pessoas; valorizar o legado cultural; preservar o meio ambiente; movimentar os recursos locais e territoriais; contribuir com o desenvolvimento da nação; dentre outros (MACHADO, 2006).

8.2 METODOLOGIA DO CURSO

Neste Projeto Pedagógico de Curso, a metodologia é entendida como um conjunto de procedimentos empregados para atingir os objetivos propostos na Educação Profissional, assegurando uma formação integral aos estudantes. Para a sua concretude, é imprescindível considerar as características específicas dos estudantes, seus interesses, suas condições de vida e de trabalho, além de observar os seus conhecimentos prévios, orientando-os na (re) construção dos conhecimentos escolares, bem como na especificidade do curso.

A proposta metodológica do curso Técnico em Agricultura Subsequente se constitui com base no Projeto Político Pedagógico Institucional e na Organização Didática da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Tem como diretrizes, a interdisciplinaridade, a relação teoria/prática, relação parte/totalidade e a pesquisa como princípio educativo, conforme consta na estrutura curricular do projeto.

Essas diretrizes perpassam os “fios” que compõem a Organização Curricular do Curso Técnico em Agricultura Subsequente e se concretizam na troca e interação real dos saberes, na complexidade que envolve a realidade em suas múltiplas e variadas formas.

Nesse sentido, para a concretização de um currículo inovador, cujas bases se encontram no campo da interdisciplinaridade, é preciso:

- I. Compromisso dos professores do curso e equipe pedagógica com a proposta formativa, observando os princípios que norteiam a proposta curricular;
 - II. Organização de um ambiente educativo, através do planejamento coletivo, buscando articular as múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões de formação dos estudantes;
 - III. Sistematização de coletivos pedagógicos que possibilitem aos estudantes e professores refletir, repensar e tomar decisões referentes ao processo ensino/aprendizagem de forma significativa;
 - IV. Envolvimento com a proposta do Projeto Pedagógico do Curso, através da participação contínua nas discussões de caráter pedagógico e didático-metodológico referente ao curso.
-

- V. A construção de um processo avaliativo de caráter coletivo e também participativo.

Dessa forma, a metodologia a que se propõe este projeto aponta para a apreensão de categorias, conceitos e processos inter/multidisciplinares fundamentais à vida acadêmica e profissional do estudante.

O estudante vive as complexidades que envolvem a própria vida, as incertezas que envolvem as condições sociais, psicológicas e biológicas. Por essa razão, faz-se necessária a adoção de procedimentos didático-pedagógicos, que possam auxiliá-los nas suas construções intelectuais, na formação de valores e atitudes, tais como:

- ✓ Problematização dos conhecimentos;
- ✓ Compreensão da totalidade como uma síntese das múltiplas relações que o homem estabelece na sociedade;
- ✓ Integração dos conhecimentos das diferentes áreas sem sobreposição de saberes;
- ✓ Adoção de atitude inter e transdisciplinar nas práticas educativas;
- ✓ Interação entre a instituição e a sociedade;
- ✓ O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no processo de ensino e aprendizagem;
- ✓ Contextualização dos conhecimentos sistematizados, valorizando as experiências dos alunos;
- ✓ Diagnóstico das necessidades de aprendizagem dos estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios;
- ✓ Elaboração e execução do planejamento, registro e análise das aulas realizadas;
- ✓ Elaboração de materiais impressos a serem trabalhados em aulas expositivas dialogadas e atividades em grupo;
- ✓ Proposta de trabalho por meio de projetos com o objetivo de articular e inter-relacionar os saberes, tendo por princípio a contextualização e a interdisciplinaridade;
- ✓ Observação da avaliação no processo educativo como referência para a resignificação do planejamento e da prática pedagógica.

Esses procedimentos, aliados a uma proposta de ensino que se caracteriza pela dialogicidade dos atores (estudantes e professores) e dos saberes (práticos e teóricos), em que a formação técnica compreende intrinsecamente a dimensão humana (político, social e

cultural) e a tecnológica (habilitação profissional), podem se concretizar por meio de algumas estratégias didático- pedagógicas, tais como:

- ✓ Aulas interativas, por meio do desenvolvimento de projetos;
- ✓ Seminários;
- ✓ Debates;
- ✓ Atividades orientadas individuais e em grupo;
- ✓ Aulas práticas;
- ✓ Estudos dirigidos;
- ✓ Visitas técnicas;
- ✓ Rodas de Conversa com grupos específicos, a fim de se discutir questões que envolvam o perfil formativo do curso;
- ✓ Palestras;
- ✓ Uso de Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Para que a organização deste trabalho se efetive, faz-se necessário o planejamento de reuniões pedagógicas com a participação dos docentes e acompanhamento da coordenação de curso.

8.3 PROJETO INTEGRADOR

O Projeto Integrador constitui-se como proposta de caráter multi e interdisciplinar abarcando os componentes curriculares, em que a partir de um conjunto de ações ao longo do semestre letivo tem-se a possibilidade da análise de problemas, reflexões, discussões e proposições com o objetivo de compreender “os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que alicerçam as tecnologias e a contextualização do mesmo no sistema de produção social” (RESOLUÇÃO nº 6, MEC/CNE/CEB, 2012, Art. 12, inc. II).

Deverão ser priorizadas, desta forma, ações que promovam a articulação dos conhecimentos, saberes, experiências, segundo os diferentes pressupostos científicos. No sentido de garantir o envolvimento satisfatório de todos, o ideal é que o projeto integrador seja planejado pelos professores do curso contemplando as etapas: a) definição das temáticas e grupos, com respectivo professor responsável; b) pesquisa bibliográfica; c) estudos

dirigidos, ciclo de palestras, seminários, mesas redondas; d) visita técnica / estágio de vivência, com observação, conversas informais, entrevistas, dentre outros, a partir de um roteiro pré-definido, ou quando necessário, também, atividade em laboratório; e) análise dos dados e produção de relatório se julgar necessário; f) apresentação do trabalho em seminário organizado para a culminância, podendo este acontecer integrado a evento da instituição. Trata-se de um componente curricular com carga horária definida na matriz devendo haver registro de frequência.

O professor responsável pelo Projeto Integrador (PI) será o supervisor, contando com no mínimo dois professores orientadores definidos pelo Colegiado, que o auxiliarão no planejamento e desenvolvimento do componente curricular PI. Ao final o aluno terá um conceito que será calculado pela média entre as notas de todos os professores dos componentes curriculares envolvidos no projeto. Esta nota será atribuída a partir dos critérios de uma ficha de avaliação previamente definida. Os trabalhos desenvolvidos durante o período deverão culminar em um produto final com apresentação pública, em data previamente estabelecida. Quando possível, no Projeto Integrador poderá ser desenvolvidos seminários, palestras e contemplar temas transversais, tais como: Cidadania; Saúde e Segurança no Trabalho; Meio Ambiente; Trânsito; Diversidade e Valorização Racial, de Gênero e Religiosa; Condição e Direitos do Idoso conforme Resolução CNE/CEB Nº 4, de 13 de julho de 2010.

Entretanto, ressalta-se que esta disciplina tem caráter articulador e, portanto, deverá contar com a participação de todos os docentes do curso, Coordenações de Extensão, Pesquisa e Corpo Técnico Pedagógico numa perspectiva interdisciplinar, integrada e dialógica, a partir dos conhecimentos específicos de suas áreas e na condição de orientadores (as). Caberá ao docente responsável pela disciplina PI, junto com a equipe de trabalho, a organização dos estudantes em grupos e/ou individual e seus respectivos orientadores (as). Para tanto, todos os docentes do Curso deverão contribuir com as propostas de todos os estudantes no que diz respeito aos conteúdos específicos das disciplinas que ministram no curso.

Trata-se de atividade interdisciplinar que deverá traduzir as aprendizagens construídas pelos estudantes ao longo dos semestres letivos em ações coerentes com a formação profissional técnica esperada.

O Projeto Integrador oportunizará a aproximação dos conhecimentos acadêmicos do exercício profissional, a indissociabilidade entre teoria-prática e possibilitará itinerários formativos de estudantes que compreendam a realidade em que estão inseridos, numa visão

Curso Técnico em Agricultura - Subsequente

prospectiva de transformá-la, os incentivado a resolver situações problemas, a aplicabilidade dos saberes desenvolvidos no curso, além da postura pesquisadora, extensionista e empreendedora.

Caberá ao professor responsável pelo componente curricular PI, a responsabilidade quanto ao preenchimento do Diário de Classe, contendo todas as informações necessárias. De maneira simplificada, o Projeto Integrador obedecerá às seguintes etapas:

- 1 - Escolha do tema;
- 2- Definição do supervisor;
- 3- Plano de trabalho com cronograma e materiais/equipamentos/custos;
- 4- Desenvolvimento do produto final;
- 5-Apresentação do produto em um evento de culminância.

8.4 MATRIZ CURRICULAR

Tabela 2. Matriz curricular do Curso Técnico em Agricultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - Campus Bom Jesus da Lapa.

Eixo Tecnológico: Ciências Naturais		Curso: Técnico em Agricultura				
FD: Subsequente	FO: Semestral	UD: Semestral	DM: 1,5 anos	CHMS: 400	MDETE: 100 dias	CHT/ES: 1.200/200

Curso Técnico em Agricultura - Subsequente

MATRIZ CURRICULAR														
1º. SEMESTRE					2º. SEMESTRE					3º. SEMESTRE				
Nº	COMPONENTE	N-A/S	C-H/R	C-H/A	Nº	COMPONENTE	N-A/S	C-H/R	C-H/A	Nº	COMPONENTE	N-A/S	C-H/R	C-H/A
1	Informática Aplicada	2	40,00	40,00	1	Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas	3	60,00	60,00	1	Culturas Anuais e Perenes	4	80,00	80,00
2	Matemática Aplicada à Agricultura	3	60,00	60,00	2	Mecanização Agrícola	3	60,00	60,00	2	Irrigação e Drenagem	3	60,00	60,00
3	Introdução à Agricultura	4	80,00	80,00	3	Olericultura	4	80,00	80,00	3	Fruticultura	4	80,00	80,00
4	Redação Científica	3	60,00	60,00	4	Topografia	3	60,00	60,00	4	Agroecologia e Gestão Ambiental	3	60,00	60,00
5	Gestão Rural	3	60,00	60,00	5	Fitossanidade	4	80,00	80,00	5	Extensão e Desenvolvimento Rural	4	80,00	80,00
6	Construções e Instalações Rurais	3	60,00	60,00	6	Associativismo e Cooperativismo	3	60,00	60,00	6	Projeto Integrador	2	40,00	40,00
7	Saúde e Segurança no Trabalho	2	40,00	40,00										
Total		20	400,00	400,00	Total		20	400,00	400,00	Total		20	400,00	400,00
	Aulas/dia	Horas/Aula/Sem	Aulas/Sem			Aulas/dia	Horas/Aula/Sem	Aulas/Sem			Aulas/dia	Horas/Aula/Sem	Aulas/Sem	
C-HAT	4	20	20	C-HAT	4	20	20,00	C-HAT	4	20	20,00			
Estágio curricular (horas)													200	
Obs: A duração das aulas será de 60 minutos.										C-HATC			1.200,00	
										CC-HATC +EST.			1.400,00	

9 PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR – PCC**INFORMÁTICA APLICADA****DADOS DO COMPONENTE:**

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária		Aulas Semanais	C.H. TOTAL (H/A)	C.H. TOTAL (H/R)	SEMESTRE
		Teórica	Prática				
INFS01	INFORMÁTICA APLICADA	20%	80%	2	40	40	1º

EMENTA

Sistemas computacionais e operacionais. Editores de texto e gráficos, planilhas eletrônicas e apresentações didáticas. Uso da internet. Softwares específicos para a Agricultura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA, Maria Cecília. **Informática Aplicada**. São Paulo: Ética, 2017.
 CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à Informática**. 8 Ed. Pearson / Prentice Hall: São Paulo, 2004.
 MARÇULA, M.; BENINI FILHO, P. A. **Informática: Conceitos e Aplicações**. 3. ed. São Paulo: Erica, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. **INTERNET: Guia de Orientação**. Érica: São Paulo, 2010.
 MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. **Estudo Dirigido de Informática Básica**. Érica: São Paulo, 2007.
 VELOSO, F. de C. **Informática: conceitos básicos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

MATEMÁTICA APLICADA À AGRICULTURA**DADOS DO COMPONENTE:**

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária		Aulas Semanais	C.H. TOTAL (H/A)	C.H. TOTAL (H/R)	SEMESTRE
		Teórica	Prática				
MATS01	MATEMÁTICA APLICADA À AGRICULTURA	70%	30%	3	60	60	1º

EMENTA

Números e operações (conjuntos numéricos). Grandezas proporcionais (razão, proporção e regra de três). Álgebra e Equação. Espaço e forma (ângulos, unidades de medida, geometria plana e espacial). Matemática financeira (porcentagem, desconto simples e juros). Noções de Estatística. Situação-problema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DOLCE, Osvaldo. **Fundamentos da Matemática Elementar 10: geometria espacial, posição e métrica**.

7. ed. São Paulo: Atual, 2013.

IEZZI, Gelson. Fundamentos da Matemática Elementar 9: geometria plana. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013;

IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar 1: conjuntos, funções. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AXLER, Sheldon. Pré-cálculo: uma preparação para o cálculo. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

DOLCE, Osvaldo; DEGENSZAJN, David. Matemática: ciência e aplicações. 5. ed. São Paulo: Atual, 2010.

IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar, 6: complexos, polinômios, equações. 8. ed. São Paulo: Atual, 2013.

POLYA, George. A arte de resolver problemas. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

INTRODUÇÃO À AGRICULTURA

DADOS DO COMPONENTE:

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária		Aulas Semanais	C.H. TOTAL (H/A)	C.H. TOTAL (H/R)	SEMESTRE
		Teórica	Prática				
IAGS01	INTRODUÇÃO À AGRICULTURA	50%	50%	4	80	80	1º

EMENTA

Histórico da Agricultura. Processo de formação dos solos. Classificação de solos. Propriedade física, química e biológica do solo. Matéria orgânica. Ciclos Biogeoquímicos. Aspectos agrometeorológicos. Erosão e principais práticas conservacionistas de água e solo. Biologia e fisiologia vegetal, botânica básica e propagação de plantas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

JONG VAN LIER, Quirijn de (Editor). **Física do solo**. 1. ed. Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2010.

LEPSCH, Igo F. **19 lições de pedologia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. 456 p.

NABORS, Murray W. **Introdução à botânica**. São Paulo: Roca, 2012, 646 p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRADY, Nyle C.; WEIL, Ray R. **Elementos da natureza e propriedades dos solos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. 685 p.

PIRES, Fabio Ribeiro; SOUZA, Caetano Marciano de. **Práticas mecânicas de conservação do solo e da água**. 3. ed. Viçosa, MG: UFV, 2013. 216 p.

YNOUE, Rita Yuri. **Meteorologia: noções básicas**. São Paulo: Oficina de Textos, 2017. 179p.

REDAÇÃO CIENTÍFICA

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária		Aulas Semanais	C.H. TOTAL (H/A)	C.H. TOTAL (H/R)	SEMESTRE
		Teórica	Prática				
RECS01	REDAÇÃO CIENTÍFICA	50%	50%	3	60	60	1º

EMENTA

Leitura e interpretação de textos científicos. Elaboração de projetos, relatórios técnicos e textos científicos. Apresentação oral de seminários. Normas técnicas de trabalhos acadêmicos da ABNT.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
 LUDWIG, A.C.W. **Fundamentos e Prática de Metodologia Científica**. Petrópolis: Vozes, 2009.
 LAKATOS, E. M. M.; ANDRADE, M. de. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
 VOLPATO, G. L. **Publicação Científica**. 3. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005.
 VOLPATO, G. L. **Dicas para Redação Científica**. Por Que Não Somos Citados?. 2. ed. Botucatu: Gilson Luiz Volpato, 2006.

GESTÃO RURAL**DADOS DO COMPONENTE**

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária		Aulas Semanais	C.H. TOTAL (H/A)	C.H. TOTAL (H/R)	SEMESTRE
		Teórica	Prática				
GERS01	GESTÃO RURAL	70%	30%	3	60	60	1º

EMENTA

Noções de Administração Rural. Tipos de Empresa. Planejamento, organização Direção e Controle. Funções Administrativas. Conceitos de Gestão do Agronegócio. Gestão de Cadeias Produtivas. Exportações Agrícolas. Noções de Marketing e Empreendedorismo. Noções de Custos. Cooperativismo e Associativismo. Crédito Rural. Projetos Agropecuários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, L.A.M. **Apostila de Gestão e Empreendedorismo**. Universidade Paulista. Versão Digital. 2013.
 DORNELAS J.C.A. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Campos, Rio de Janeiro, 2001.
 KAY, Ronald D; EDWARDS, William M; DUFFY, Patricia A; AMON, Théo. **Gestão de propriedades rurais**. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. 452 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BATALHA, Mário Otávio (Coord). **Gestão agroindustrial**: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural**: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária: ativos biológicos e produto agrícola. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 274 p.

BERNARDI, Luiz Antonio. **Manual de plano de negócios**: fundamentos, processos e estruturação. São Paulo: Atlas, 2006. 195 p.

CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES RURAIS

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária		Aulas Semanais	C.H. TOTAL (H/A)	C.H. TOTAL (H/R)	SEMESTRE
		Teórica	Prática				
CIRS01	CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES RURAIS	50%	50%	3	60	60	1º

EMENTA

Materiais e técnicas de construção. Principais instalações e benfeitorias agropecuárias. Levantamento dos recursos disponíveis na propriedade, inventário e dimensionamento de benfeitorias, instalações, equipamentos e materiais. Confecção de orçamentos e contratos. Noções sobre desenho técnico arquitetônico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAÊTA, Fernando da Costa; SOUZA, Cecília de Fátima. **Ambiência em edificações rurais**: conforto animal. 2. ed. Viçosa, MG: UFV, 2010. 269 p.

BAUER, L. A. F.; DIAS, J.F. **Materiais de construção**: concreto, madeira, cerâmica, metais, plásticos e asfalto. Vol. 2. 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2011.

BORGES, A. C. **Prática das pequenas construções**. Vol. 1, 6º edição, São Paulo, Ed. Blucher, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORGES, Alberto de Campos. **Prática das pequenas construções**. Vol. 2, 6. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2010.

FREIRE, Wesley Jorge; BERALDO, Antonio Ludovico (Coord). **Tecnologias e materiais alternativos de construção**. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. 333 p.

SALGADO, Júlio Cesar Pereira. **Técnicas e práticas construtivas para edificação**. 2. ed. rev. São Paulo: Érica, 2009. 320 p.

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária		Aulas Semanais	C.H. TOTAL (H/A)	C.H. TOTAL (H/R)	SEMESTRE
		Teórica	Prática				
SSTS01	SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO	70%	30%	2	40	40	1º

EMENTA

Introdução a Segurança do Trabalho; Higiene Ocupacional; Legislação e Normatização;

Equipamentos Indispensáveis; Funcionamento de Máquinas e Equipamentos agroindustriais; Proteção e Combate a Incêndio; Primeiros Socorros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, A. A. R. **Segurança do Trabalho**: Curitiba: Livro Técnico, 2011.
 PAOLESCHI, B. **CIPA**: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Guia Prático de Segurança do Trabalho. São Paulo: Érica, 2013.
 BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Portaria 3.214, de 6 de julho de 1978. Publicada no DOU, 6 de julho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras – NRs – do Capítulo V, Título II, da CLT. **Segurança e Medicina do Trabalho** - Legislação, 71ª Ed. Equipe Atlas: Atlas, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA FILHO, Segurança do Trabalho na Agropecuária e Agroindústria. Rio de Janeiro. Atlas, 2017.
 FERNANDES. A. M. de O. PINHEIRO, A. K. da S. Tecnologia de Prevenção e primeiros socorro ao trabalhador acidentado. 2.ed. Goiânia: AB, 2012.
 ARAUJO, G. M. de. Normas regulamentadoras comentadas e Ilustradas; legislação e Segurança do Trabalho – 8 ed. Rio de Janeiro Gerenciamento Verde, 2011.

FERTILIDADE DO SOLO E NUTRIÇÃO DE PLANTAS

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária		Aulas Semanais	C.H. TOTAL (H/A)	C.H. TOTAL (H/R)	SEMESTRE
		Teórica	Prática				
FSNS02	FERTILIDADE DO SOLO E NUTRIÇÃO DE PLANTAS	50%	50%	3	60	60	2º

EMENTA

Conceitos básicos em fertilidade do solo. Dinâmica e disponibilidade de nutrientes no solo. Matéria orgânica do solo. Principais corretivos e fertilizantes. Critérios para amostragem de solo e planta. Recomendação e Aplicação de corretivos e fertilizantes. Absorção, transporte e redistribuição dos nutrientes nas plantas. Funções dos nutrientes. Elementos úteis e tóxicos. Sintomas de deficiência nutricional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRADY, N. C.; WEIL, R. R. **Elementos da Natureza e Propriedades Dos Solos**. 3ª ed. Editora Bookman, 2012.
 KERBAUY, G. B. **Fisiologia Vegetal**. 2ª ed. Editora Koogman, 2012.
 MALAVOLTA, Eurípedes; PIMENTEL-GOMES, F; JOSE CARLOS ALCARDE. **Adubos e adubações**: adubos minerais e orgânicos, interpretação da análise do solo, prática da adubação. São Paulo: Nobel, 2000 200 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOEDERT, Wenceslau J. **Calagem e adubação**. Brasília: EMBRAPA, c1995. 59 p.
 NETO, J. T. P. **Manual de Compostagem: Processo de Baixo Custo**. Editora UFV, 2007.
 WHITE, R. E. **Princípios e Práticas da Ciência do Solo**. 4ª ed. Editora Andrei, 2009.

MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária		Aulas Semanais	C.H. TOTAL (H/A)	C.H. TOTAL (H/R)	SEMESTRE
		Teórica	Prática				
MECS02	MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	50%	50%	3	60	60	2º

EMENTA

Funcionamento de máquinas e motores. Máquinas e implementos: seleção, operação, manutenção, segurança, rendimento e custo, planejamento e uso de sistemas mecanizados. Tração animal: implementos, operação, rendimento e custo. Oficina rural. Saúde e condições de trabalho. Legislações especiais. Preparo convencional do solo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SILVEIRA, G. M. **Os cuidados com o trator**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 309p.
 SILVA, Rui Correa da. **Máquinas e Equipamentos Agrícolas**. São Paulo: Erica, 2014. 120 p.
 TAVARES, Gilmar. **Elementos orgânicos e fundamentais de máquinas e implementos agrícolas**. 2. ed., rev. e ampl. Lavras, MG: Ed. UFLA, 2014. 259 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIANCHINI, Aloísio. **Regulagem e operação de subsolador**. 2 ed. Brasília, DF: LK Editora, 2007. 92 p.
 FERREIRA, Mozart Martins; DIAS JÚNIOR, Moacir de Souza; MESQUITA, Maria da Glória B. F. **Física do solo**. Lavras: UFLA, 2003. 79 p.
 PORTELLA, Jose Antonio; VIEIRA, Emerson de Assis. **Semeadoras para plantio direto**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2001 249 p

OLERICULTURA

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária		Aulas Semanais	C.H. TOTAL (H/A)	C.H. TOTAL (H/R)	SEMESTRE
		Teórica	Prática				
OLES02	OLERICULTURA	50%	50%	4	80	80	2º

EMENTA

Importância da Olericultura. Critérios para implantação de uma horta. Ecofisiologia e sistema de produção das principais olerícolas: folhosas, tubérculos e frutos de maior valor econômico da região. Colheita e pós-colheita de hortaliças. Cultivo hidropônico, protegido e orgânico. Planejamento na instalação de hortas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FILGUEIRA, F. A. R. **Novo manual de olericultura**. 3ª ed. UFV, 2008, 421p.
 FONTES, P. C. R. (Ed.) **Olericultura: teoria e prática**. 3 ed. UFV, 2005, 486p.

LANA, Milza Moreira; TAVARES, Selma Aparecida (Ed.). **50 hortaliças: como comprar, conservar e consumir**. 2. ed. rev. Brasília: Embrapa Hortaliças, 2010. 209 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LOPES, Alexandra; BICHARA, Iara. **Minha horta: práticas gerais**. Guaíba: Agrolivros, 2013. 88 p.
 NASCIMENTO, Warley Marcos (Ed.). **Hortaliças leguminosas**. Brasília: Embrapa, 2016. 215 p.
 SOUZA, J. L. de; RESENDE, P. **Manual de horticultura orgânica**. 2ª ed. Aprenda Fácil, 2006, 843p.

TOPOGRAFIA

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária		Aulas Semanais	C.H. TOTAL (H/A)	C.H. TOTAL (H/R)	SEMESTRE
		Teórica	Prática				
TOPS02	TOPOGRAFIA	50%	50%	3	60	60	2º

EMENTA

Conceitos, objetivos, importância, divisões e aplicações da topografia. Planimetria. Altimetria. Processos e instrumentos de medição de distâncias. Goniologia. Sistemas Globais de Navegação por Satélite (GNSS). Cálculo da planilha analítica, das coordenadas e áreas. Cartografia e geoposicionamento. Métodos gerais de nivelamentos. Softwares Topográficos. Georreferenciamento e Geoprocessamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DAIBERT, João Dalton. **Topografia: técnicas e práticas de campo**. 2. ed. São Paulo: Érica, Saraiva, 2014. 120 p.
 GONÇALVES, José Alberto; MADEIRA, Sérgio; SOUSA, J. João. **Topografia: conceitos e aplicações**. 3. ed. atual. e aum. Lisboa: Lidel, 2012, 357 p.
 TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio. **Fundamentos de topografia**. Porto Alegre: Bookman, 2014. 308 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASACA, João Martins; MATOS, João Luís de; DIAS, José Miguel Baio. **Topografia geral**. 4. ed. atual. aum. Rio de Janeiro: LTC, 2007. 208 p.
 FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 160 p.
 GOMES, Edaldo; PESSOA, Luciano Montenegro da Cunha; SILVA JÚNIOR, Lucílio Barbosa. **Medindo imóveis rurais com GPS**. Brasília, DF: LK Editora e Comunicação, 2001. 136 p.

FITOSSANIDADE

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária		Aulas Semanais	C.H. TOTAL (H/A)	C.H. TOTAL (H/R)	SEMESTRE
		Teórica	Prática				
FITS02	FITOSSANIDADE	50%	50%	4	80	80	2º

EMENTA

Noções sobre entomologia agrícola e fitopatologia. Biologia e ecologia de insetos, fitonematóides, fungos e bactérias de importância agrícola. Vírus de importância agrícola. Principais pragas e doenças que afetam economicamente a produção agrícola. Doenças abióticas. Métodos de controle e monitoramento de pragas e doenças. Tomada de decisão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMORIM, L.; REZENDE, J. A. M.; BERGAMIN FILHO, A. **Manual de fitopatologia: Princípios e conceitos**. 4ª ed. UFV, v1, 2011, 704p.

BUZZI, Zundir José. **Entomologia didática**. 6.ed. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2013. 579 p.

GARCIA, Flávio Roberto Mello. **Zoologia agrícola: manejo ecológico de pragas**. 3. ed., rev. e ampl. Porto Alegre: Rigel, 2008. 256 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KIMATI, H.; AMORIM, L.; REZENDE, J. A. M.; BERGAMIN FILHO, A.; CAMARGO, L. E. A. **Manual de fitopatologia: Doenças das plantas cultivadas**. 4ª ed. Agronômica Ceres, v.2, 2005, 663p.

ROMEIRO, R. da S. **Controle biológico de doenças de plantas: fundamentos**. UFV, 2007, 269p.

SILVA, A. A. da.; SILVA, J. F. da. **Tópicos especiais de plantas daninhas**. Editora UFV, 2007, 367p.

ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO**DADOS DO COMPONENTE**

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária		Aulas Semanais	C.H. TOTAL (H/A)	C.H. TOTAL (H/R)	SEMESTRE
		Teórica	Prática				
ASCS02	ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	80%	20%	3	60	60	2º

EMENTA

Conceitos, organização, legislação de Associativismo e Cooperativismo. Estrutura e Funcionamento Organizacional. Tipos de Gestão. Projetos em cooperativas, Empresa Júnior e Incubadoras. Práticas da Economia Solidária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

REIS, A. J.; CARVALHO, F. A. P.; **Comercialização agrícola no contexto agroindustrial**. Lavras: UFLA/FAEP: 1999.

SAGAWA, Roberto (ORG.). **Os enlaces da economia solidária**. Curitiba: CRV, 2012. 140 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRANTES, J. **Associativismo e Cooperativismo**. Ed. Interciência, 2004.

EMBRAPA. **Como organizar uma associação**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 46 p.

PINHO, D. B. **Gênero e desenvolvimento em cooperativas**. SESCOOP/OCB, ESETec Editores associados, Santo André SP: 2000.

CULTURAS ANUAIS E PERENES

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária		Aulas Semanais	C.H. TOTAL (H/A)	C.H. TOTAL (H/R)	SEMESTRE
		Teórica	Prática				
CAPS03	CULTURAS ANUAIS E PERENES	50%	50%	4	80	80	3º

EMENTA

Importância socioeconômica das culturas. Origem, histórico e evolução. Aspectos morfológicos e fisiológicos. Ecofisiologia. Preparo do solo, implantação e tratamentos culturais. Manejo de plantas espontâneas, pragas e doenças. Colheita e pós-colheita. Beneficiamento, secagem, armazenamento, transporte e comercialização das culturas anuais e perenes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORÉM, Aluizio; PIMENTEL, Marco Aurélio; GALVÃO, João Carlos Cardoso (Ed.). **Milho**: do plantio à colheita. 2. ed. atual. e ampl. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 382 p.
 BORÉM, Aluizio; SEDIYAMA, Tuneo; SILVA, Felipe. **Soja**: do plantio à colheita. Viçosa, MG: UFV, 2015. 333 p.
 CARNEIRO, José Eustáquio; PAULA JÚNIOR, Trazilbo José de; BORÉM, Aluizio. **Feijão**: do plantio à colheita. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2015. 384 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORÉM, Aluizio; FREIRE, Eleusio Curvelo. **Algodão**: do plantio à colheita. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2014. 312 p.
 SANTOS, Fernando; BORÉM, Aluizio (Ed.). **Cana-de-açúcar**: do plantio à colheita. Viçosa, MG: UFV, 2016. 290 p.
 VALE, Júlio César do; BERTINI, Cândida (Ed.). **Feijão-caupi**: do plantio à colheita. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2017. 267 p.

IRRIGAÇÃO E DRENAGEM**DADOS DO COMPONENTE**

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária		Aulas Semanais	C.H. TOTAL (H/A)	C.H. TOTAL (H/R)	SEMESTRE
		Teórica	Prática				
IRDS03	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	60%	40%	3	60	60	3º

EMENTA

Princípios e evolução da irrigação; métodos de irrigação; qualidade e uso correto da água em sistemas agrícolas; relações solo-planta-água-ambiente; princípios de drenagem agrícola. Avaliação e manejo do sistema de irrigação. Fertirrigação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERNARDO, S.; SOARES, A.A.; MANTOVANI, E.C. **Manual de Irrigação**. Editora UFV, Viçosa, MG, 8.ed., 2011, 625 p.
 MANTOVANI, E. C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L. F.; **Irrigação**: princípios e métodos. Editora UFV, Viçosa, MG, 3º Ed., 2012, 355 p.
 OLIVEIRA, Aureo Silva de; KUHN, Dalmir; SILVA, Gilson Pereira. **A irrigação e a relação solo-planta-atmosfera**. 2. ed. Brasília: Lk, 2015. 88 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBUQUERQUE, P. E. P.; DURÃES, F. O. M. **Uso e manejo de irrigação**. Editora Embrapa Informação Tecnológica, Brasília, DF, 2008. 528 p.

OLIVEIRA, Aureo Silva de; FACCIONI, Gregório Guirado; COELHO, Eugênio Ferreira. **Manejo básico da irrigação na produção de fruteiras**. Brasília: Lk, 2007. 135 p.

REICHARDT, Klaus; TIMM, Luis Carlos. **Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações**. 2.ed. São Paulo: Manoele, 2012 500 p.

FRUTICULTURA**DADOS DO COMPONENTE**

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária		Aulas Semanais	C.H. TOTAL (H/A)	C.H. TOTAL (H/R)	SEMESTRE
		Teórica	Prática				
FRUS03	FRUTICULTURA	50%	50%	4	80	80	3º

EMENTA

Importância socioeconômica das fruteiras. Origem e distribuição geográfica. Classificação botânica e morfologia. Variedades, cultivares e melhoramento. Exigências edafoclimáticas. Propagação e formação do pomar. Tratos culturais. Pragas e doenças. Colheita, pós-colheita, comercialização. Viveiricultura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PIO, Rafael. **Cultivo de fruteiras de clima temperado em regiões subtropicais e tropicais**. 2 ed. rev. ampl. Lavras, MG: UFLA, Universidade Federal de Lavras, 2018. 681 p.

SIQUEIRA, D. L. de; PEREIRA, W. E. **Planejamento e implantação de pomar**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000, 171p.

SOUSA, J. S. I. de. **Poda das plantas frutíferas: o guia indispensável para o cultivo de frutas**. 2. ed. Ver. e ampl. São Paulo: Nobel, 2005, 191p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHITARRA, M. I. F.; CHITARRA, A. B. **Pós-colheita de frutas e hortaliças: fisiologia e manuseio**. 2.ed. ver. e ampl. Lavras: UFLA, 2005. 785p.

LORENZI, Harri; LACERDA, Marco Túlio Côrtes de; BACHER, Luis Benedito. **Frutas no Brasil: nativas e exóticas (de consumo in natura)**. Nova Odessa: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2015. 768 p.

PENTEADO, S. R. **Fruticultura Orgânica: formação e condução**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000, 171p.

AGROECOLOGIA E GESTÃO AMBIENTAL**DADOS DO COMPONENTE:**

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária		Aulas Semanais	C.H. TOTAL (H/A)	C.H. TOTAL (H/R)	SEMESTRE
		Teórica	Prática				
AGAS03	AGROECOLOGIA E GESTÃO AMBIENTAL	50%	50%	3	60	60	3º

EMENTA

Princípios Agroecológicos. Métodos alternativos e autossustentáveis de produção agropecuária. Métodos integrados de prevenção e controle de pragas, doenças e plantas espontâneas. Potencialidades na área produtiva regional. Parâmetros e metodologias de análise e projeto em agroecossistemas. Instrumentos, tendências atuais, base legal e institucional para a gestão ambiental. Políticas e Legislação Ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARAL, Atanasio Alves do. **Fundamentos de agroecologia**. Curitiba: Livro Tecnico, 2011. 160 p.
 GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, William Santos de (Ed). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília: Embrapa, 2013. 245 p.
 HAVERROTH, Célio; WIZNIEWSKY, José Geraldo. **A transição agroecológica na agricultura familiar**. Curitiba: Appris, 2016 226 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. 912 p.
 PRIMAVESI, Ana. **Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. São Paulo: Nobel, 2002. 549 p.
 RICKLEFS, Robert E.; RELYEA, Rick. **A Economia da Natureza**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 606 p.

EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL**DADOS DO COMPONENTE**

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária		Aulas Semanais	C.H. TOTAL (H/A)	C.H. TOTAL (H/R)	SEMESTRE
		Teórica	Prática				
EXDS03	EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL	70%	30%	4	80	80	3º

EMENTA

Histórico, princípios e fundamentos da extensão rural. Modelos pedagógicos e Metodologias da extensão rural. Processos de Comunicação e Organização das Comunidades Rurais. Agricultura Familiar e Movimentos Sociais. Políticas e legislação agrícolas. Programa ATER. Caracterização da realidade agrícola. Desenvolvimento e mudança social. Planejamento da ação extensionista.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPORAL, F. R. e RAMOS, L. F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília, 2006.
 FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 11ª ED. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
 SILVA, Rui Correa da. **Extensão Rural**. São Paulo: Érica, 2014. 120 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VERDEJO, M. E. **Guia Prático de DRP**. Brasília, MDA, 2006.
 BROSE, M. **Participação na Extensão Rural**. Tomo Editorial, 2004.
 FONSECA, M. T. L da. **A Extensão Rural no Brasil**. Ed. Educação Popular, 2006.

PROJETO INTEGRADOR

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária Semanal (H/A)		Aulas Semanais	C.H. TOTAL (H/A)	C.H. TOTAL (H/R)	Período/Ano
		Teórica	Prática				
PINS03	PROJETO INTEGRADOR	50%	50%	2	40	40	3º

EMENTA

Análise de situações problemas. Aplicabilidade dos conhecimentos das diferentes áreas do curso. Planejamento do Projeto Interdisciplinar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIDO, J.; CLEMENTS, J. **Gestão de Projetos**. São Paulo: Cengage Learning, 2007.
 GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA NETTO, A. A. de. **Metodologia da Pesquisa Científica** – Guia Prático para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos. 3. ed. Florianópolis: Visual Books, 2008.
 RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia Científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.
 SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

10 ESTÁGIO CURRICULAR (CÓDIGO ECUS03)

A prática profissional supervisionada, compreendida conforme a Resolução nº 6, MEC/CNE/CEB, 2012, Art. 21, § 2 e 3, como situação real de trabalho e quando necessário em função da natureza da formação profissional, configura-se como estágio profissional curricular, com carga horária acrescida ao mínimo estabelecido legalmente para a habilitação profissional.

O estágio curricular considera o disposto na legislação vigente, Lei nº 11.788/2008, no Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, na Organização Didática dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e no Regulamento de Estágio Curricular dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IF Baiano conforme Resolução CONSUP IF Baiano nº 06, de 29 de março de 2016. No âmbito do curso técnico em Agricultura, terá caráter obrigatório, sendo, portanto, requisito para a conclusão do curso, com carga horária de 200 horas.

Conforme o Art. 10 § 1 da lei 11.788/2008, a jornada diária máxima de atividade em estágio será de 6 (seis) horas, perfazendo 30 (trinta) horas semanais e para os alunos que não estiverem frequentando aulas presenciais, poderá ser computada até 8 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais.

O estágio será realizado exclusivamente no período compreendido entre o término do primeiro semestre letivo, devendo ser finalizado até 90 dias da conclusão do último semestre letivo do curso. A finalização das atividades do estágio compreende a entrega do relatório final.

O(a) discente que não realizar o estágio obrigatório, até o último período letivo previsto na Estrutura Curricular do Curso, deve renovar a sua matrícula para realizá-lo, tendo prazo máximo de 90 dias para entrega do relatório.

O estágio deve ser realizado pelos discentes regularmente matriculados e que estejam frequentando o Curso Técnico em Agricultura na forma subsequente, ofertado pelo IF Baiano – Campus Bom Jesus da Lapa.

Compete à instituição, através do Núcleo de Relações Institucionais (NURI), levantar as possibilidades de estágio nas unidades cedentes da área de agropecuária, disponibilizando informações aos estudantes, bem como encaminhamentos necessários para o desenvolvimento da prática profissional inerente ao referido setor.

O estágio deve ser realizado junto:

1. Às pessoas jurídicas de direito privado, como empresas, propriedades rurais, ONGs, cooperativas e associações afins, dentre outros;
2. Órgãos da administração pública direta, autárquia e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. No caso do estágio ser realizado na própria instituição, caberá ao setor responsável determinar o número de vagas disponíveis;
3. Profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, conforme o Art. 9º, da Lei nº 11.788/2008.

Podem ser aproveitadas, para efeito de estágio, experiências de estudante com vínculo empregatício, sócio de empresa, ou que atua como profissional autônomo, atuando em programas de incentivo à extensão, à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico desde que desenvolva atividades correlatas com seu curso de formação e que esteja devidamente matriculado. Para tanto, as atividades desenvolvidas deverão estar em conformidade com os objetivos da formação, habilidades a serem desenvolvidas e perspectiva de atuação profissional constantes no delineamento e concepção do referido curso.

Para a convalidação das atividades como estágio será analisada a compatibilidade com o curso, podendo ser indeferida ou deferida pela coordenação de curso e setor responsável pelo estágio, mediante a apresentação de documentação comprobatória, respeitando-se a Resolução CONSUP IF Baiano nº 06, de 29 de março de 2016.

No caso de estudantes envolvidos em atividades de pesquisas e extensão, devidamente cadastradas nas respectivas Coordenações de Pesquisa e Extensão no *Campus*, a carga horária do estágio poderá ser computada em até 100 % do total da carga horária mínima de estágio, desde que estas atividades tenham sido desenvolvidas na área de agricultura.

A orientação, acompanhamento e avaliação do estágio deverão ser feitos tanto pelo *campus*, quanto pela unidade cedente, conforme regulamentação de estágio. O estudante terá um professor-orientador, preferencialmente, da área técnica, além do supervisor da unidade cedente, junto aos quais deverá elaborar o Plano de Atividades de Estágio e proceder a assinatura do Termo de Compromisso. Ressalta-se que o estudante só poderá se encaminhar ao local do estágio com Plano de Atividade assinado tanto pelo docente-orientador quanto pelo aluno.

Ao finalizar as atividades o estudante descreverá a experiência em um relatório técnico, em modelo padrão definido pela instituição, seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Esse relatório será apresentado na forma escrita e avaliado por professores definidos pela coordenação do curso.

A avaliação do estágio levará em consideração a relação entre as atividades desenvolvidas e o plano elaborado, adaptação ao contexto sócio-organizacional do ambiente, a capacidade reflexiva expressa no relatório, naquilo que concerne ao exercício entre teoria e prática.

Em termos específicos, a avaliação do estágio deverá seguir as etapas:

1. Elaboração do relatório de estágio, plano de estágio sob a orientação do professor(a)-orientador(a);
2. Entrega do relatório de estágio, após cumprimento da carga horária mínima. O estudante terá o prazo de 90 dias para entregar à coordenação de curso, que fará a avaliação.

A avaliação do estágio será composta pelas notas de desempenho do aluno atribuídas pelo supervisor (exceto em projetos de pesquisa/extensão) e professor orientador/coordenador de projeto, acrescida da nota do relatório de Estágio, que será atribuída pelo próprio orientador conforme barema definido por regimento interno do curso.

O estagiário que não obtiver a nota mínima 6,0 (seis) será reprovado. Nesse caso, ficará a critério do orientador a necessidade de reelaboração do relatório de estágio ou realização de novo estágio com prazo definido pelo colegiado do curso.

O descumprimento dos procedimentos (incluindo documentação) e prazos, melhor detalhados na Regulamentação de Estágio Curricular dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IF Baiano, implicará na reprovação do estudante no estágio e na obrigatoriedade da realização de novo estágio.

Os itens relativos ao estágio não explicitados neste PPC seguirão as normas estabelecidas pela Resolução CONSUP IF Baiano nº 06, de 29 de março de 2016.

Os casos omissos serão analisados pelo colegiado do respectivo curso de vinculação do estudante.

11 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Entende-se por aproveitamento de estudos o processo de reconhecimento de componentes curriculares ou etapas cursadas com aprovação em cursos da EPTNM, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, cursados em uma habilitação específica, com aprovação no IF BAIANO ou em outras instituições de Ensino de EPTNM, credenciadas pelo Ministério da Educação, bem como Instituições Estrangeiras, para obtenção de habilitação diversa, conforme estabelece o Art. 13 da Resolução Nº01/2005 CNE/CEB nº 39/2004 e o que estabelece a norma da Organização Didática dos Cursos da Educação Profissional Técnica do Ensino Médio. Ressalta-se que o estudante solicitará o aproveitamento de estudos no prazo fixado no Calendário Acadêmico do seu Campus.

12 AVALIAÇÃO

Neste item, apresenta-se a avaliação do processo de ensino aprendizagem e os mecanismos que serão utilizados para avaliação do curso.

12.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

O processo de avaliação da aprendizagem deve ser amplo, contínuo, cumulativo e cooperativo envolvendo todos os aspectos qualitativos e quantitativos da formação do educando, conforme prescreve a Lei nº 9.394/96 e as diretrizes estabelecidas pela Organização Didática dos Cursos da Educação Profissional Técnica do Ensino Médio do IF Baiano.

Importante observar que a avaliação da aprendizagem deve assumir caráter educativo, viabilizando ao estudante a condição de analisar seu percurso e, ao professor e à escola, identificar dificuldades e potencialidades individuais e coletivas.

A avaliação da aprendizagem ocorrerá por meio de instrumentos próprios, buscando detectar o grau de progresso do discente em processo de aquisição de conhecimento. Realizar-se-á por meio da promoção de situações de aprendizagem e da utilização dos diversos instrumentos que favoreçam a identificação dos níveis de domínio de conhecimento/competências.

O processo de avaliação de cada disciplina assim como o planejamento dos recursos e instrumentos necessários para a avaliação deverá ser informado no início de cada período letivo ao estudante, deixando claro a possibilidade de possíveis ajustes durante o semestre, caso necessário.

No processo de avaliação da aprendizagem poderão ser aplicados instrumentos, individualmente ou em grupos, tais como debates, visitas de campo, exercícios, provas, projetos, relatórios, seminários, que possibilitem a análise do desempenho do discente no processo de ensino-aprendizagem.

Os professores deverão realizar avaliações de aprendizagem por semestre, independentemente da carga-horária do componente curricular e registrar as médias no diário ao término do período. Durante cada semestre poderá ser realizado uma ou mais avaliações de aprendizagem do discente conforme diretrizes estabelecidas pela norma da Organização Didática dos Cursos da Educação Profissional Técnica do Ensino Médio do IF Baiano. A

média semestral de cada componente curricular será aritmética calculada a partir das médias das avaliações.

12.2 AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do curso Técnico Subsequente em Agricultura será composta de duas etapas: avaliação interna e avaliação externa, com o objetivo de avaliar as dimensões envolvidas no processo ensino-aprendizagem.

A avaliação institucional interna é realizada a partir do plano pedagógico do curso que deve ser avaliado sistematicamente, de maneira que possam analisar seus avanços e localizar aspectos que merecem reorientação.

A avaliação interna envolve aspectos quantitativos e qualitativos das atividades acadêmicas. As dimensões avaliadas por todos os envolvidos no processo, sobretudo professores e alunos, são:

- Condições para o desenvolvimento das atividades curriculares: recursos humanos e infraestrutura;
- Processos pedagógicos e organizacionais utilizados no desenvolvimento das atividades curriculares: procedimentos didáticos, enfoques curriculares, etc.; Condições para desenvolvimento da iniciação científica, pesquisa e extensão: oportunidades, recursos humanos e infraestruturais; Assistência Estudantil;
- Resultados alcançados do ponto de vista do perfil do formando: competências para o desempenho das funções básicas da profissão, e capacidade de análise e crítica.

Na avaliação externa serão coletados dados junto aos egressos do ano precedente, aos órgãos regulamentadores e fiscalizadores da profissão e, também, ao empregador. Nesta parte, buscar-se-á, sobretudo, a identificação de inadequações e dificuldades de inserção profissional.

Os resultados de tais etapas avaliativas serão consolidados em relatórios que além de serem divulgados no sítio institucional, serão discutidos pela comunidade acadêmica do Campus, com vistas à promoção de ações que busquem o melhoramento contínuo do curso.

Cumprе ressaltar que além dessa avaliação sistemática, o Núcleo de Assessoramento Pedagógico realizará reuniões periódicas com o colegiado de professores, ao final de cada semestre, para avaliação informal das atividades; acompanhamento do plano de atividades do

curso; avaliação do rendimento dos discentes. Os dados resultantes desses processos serão sempre repassados às pessoas que têm competência para corrigir as deficiências identificadas.

Além disso, avaliar-se-á por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA) a melhoria da qualidade da educação, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais. Ela tem atuação autônoma e amparo legal em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes nesta Instituição, de modo que a atividade da CPA consiste em autoavaliar, através dos eixos representativos do SINAES (Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura), e diagnosticar, com o peso da anuência dos segmentos da instituição, os possíveis pontos fracos, medianos e fortes que a constitui, e, a partir dessa pesquisa, focalizar os trabalhos, por intermédio dos agentes internos, com vistas a uma educação de excelência.

13 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

13.1 PROGRAMA DE NIVELAMENTO

O programa tem como objetivo central aprimorar o processo de ensino-aprendizagem, através de ações que contribuam para a melhoria da qualidade dos cursos do IF Baiano, ampliando as possibilidades de permanência dos estudantes e, conseqüentemente, a conclusão do curso escolhido com êxito.

As atividades de nivelamento, no curso Técnico em Agricultura, têm por finalidade melhorar o desempenho dos estudantes, especialmente dos ingressos, possibilitando-lhes acesso a aulas de nivelamento, a partir do conhecimento básico em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos.

Os processos de nivelamento avaliam as dificuldades dos discentes por meio da aplicação de uma prova diagnóstica. Em seguida, o estudante pode ser convidado a participar das aulas de reforço de acordo com o seu desempenho. Essas práticas colaboram para a ampliação das possibilidades de êxito no processo formativo, contribuindo, assim, para minimizar as situações de evasão e retenção no curso.

As disciplinas podem ser ministradas por professores, servidores ou colaboradores.

13.2 PROGRAMA DE MONITORIA

A Organização Didática da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IF Baiano ressalta a importância da monitoria como uma atividade acadêmica que visa oportunizar ao estudante, meios para aprofundar seus conhecimentos em um determinado curso, promover a cooperação mútua entre estudantes e docentes e permitir experiência em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A monitoria estimula os estudantes na orientação aos colegas em atividades de estudo e na interação e boa convivência na comunidade acadêmica

A atividade de monitoria deve ser acompanhada pelo professor orientador, podendo ser remunerada ou voluntária. O estudante, para ser candidato a monitor, deverá estar regularmente matriculado e frequentando o seu curso, ter um bom desempenho acadêmico na disciplina na qual se candidata à monitoria, e ter disponibilidade de horário.

O estudante/monitor poderá evoluir em seu desempenho acadêmico e adquirir um amadurecimento em seus estudos de modo mais pontual, bem como, construir um diferencial em seu currículo profissional e em sua bagagem teórico-prática.

13.3 PROGRAMA DE TUTORIA ACADÊMICA

O Programa de Tutoria Acadêmica terá a finalidade de zelar pelo itinerário formativo, social e profissional dos estudantes, acompanhando-os e orientando-os durante o período que estiverem regularmente matriculados nos cursos presenciais da Educação Profissional.

A Tutoria deverá prestar atendimento aos estudantes no espaço da instituição e dentro da carga horária docente, potencializando o itinerário formativo dos estudantes a partir da identificação de limites e possibilidades. Constitui-se em veículo de orientação para a formação continuada do discente e para o levantamento de informações gerais relevantes sobre a Instituição. Efetiva-se através de acompanhamento dos discentes no cotidiano das aulas e no atendimento individual, cabendo à coordenação de curso e docentes realizar tutorias para promover o contato e o envolvimento do discente com o curso, com a infraestrutura e com os recursos humanos existentes no *Campus*, além de otimizar o itinerário curricular do discente.

Demandas de caráter coletivo serão encaminhadas através de reuniões com representantes discentes. O Programa de Tutoria será implantado gradual e progressivamente nos cursos de nível médio técnico, considerando a disponibilidade de docentes para a efetivação do mesmo, sintonizado com a legislação, normatizações do IF Baiano e regulamento específico vigente.

13.4 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E ESTÍMULO À PERMANÊNCIA

A Política de Assistência Estudantil constitui-se de um conjunto de princípios norteadores para o desenvolvimento de programas e linhas de ações que favoreçam a democratização do acesso, permanência e êxito no processo formativo, bem como a inserção socioprofissional do estudante, com vistas à inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ao fortalecimento da cidadania, à otimização do desempenho acadêmico e ao bem-estar biopsicossocial.

No IF Baiano, a Política de Assistência Estudantil deverá abranger, através de seus programas, todos os estudantes regularmente matriculados, ressaltando-se que os programas que demandarem recursos financeiros serão utilizados, prioritariamente, para atender às necessidades dos estudantes, cuja renda familiar per capita seja de até um salário mínimo e meio vigente.

Os princípios que fundamentam a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano são:

- Direito ao ensino público e gratuito de qualidade;
- Promoção da inclusão por meio da educação;
- Igualdade de condições e equidade no acesso, permanência e êxito na conclusão e no percurso formativo, isento de quaisquer discriminações;
- Respeito à dignidade do sujeito, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência acadêmica e comunitária;
- Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pela Instituição e dos critérios para seu acesso;
- Garantia da liberdade de aprendizagem, através da articulação entre o ensino, pesquisa e extensão, bem como, incentivo às manifestações artísticas, culturais e esportivas.

13.4.1 Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante – PAISE

O Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE) do IF Baiano será destinado aos discentes regularmente matriculados, que possuam renda per capita de até um salário mínimo e meio vigente – conforme definido pelo Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – para garantia da permanência na instituição durante os anos da formação acadêmica.

O PAISE, observando as normas e possibilidades do *campus*, será composto de uma série de ações e benefícios, tais como: moradia, alimentação, transporte e inclusão social do discente. Caberá à comissão de Assistência Estudantil do *Campus*, elaborar edital para a execução do programa.

13.4.2 Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico

O Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico (PROAP) tem como objetivo viabilizar ações de promoção da saúde, bem como atividades interdisciplinares de

natureza preventiva e interventiva, que redundará no bem-estar biopsicossocial e no desempenho acadêmico. Destinar-se-á aos estudantes, professores, pais e/ou responsáveis, através de ações do Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (NAPSI). O NAPSI é constituído por um (a) assistente social, um (a) psicólogo (a) e um (a) pedagogo (a).

O NAPSI tem a finalidade de acompanhar os estudantes na perspectiva do desenvolvimento integral, a partir das demandas diagnosticadas no cotidiano institucional. Poderá prestar atendimento, individualizado ou em grupo, para estudantes que procuram o serviço por iniciativa própria ou por solicitação ou indicação de docentes e/ou pais.

Caberá ao NAPSI, através do PROAP, promover ações de prevenção relativas a comportamentos e situações de risco (uso e abuso de substâncias psicoativas, violência, etc.); fomentar diálogos temáticos com os familiares dos estudantes, garantindo a sua participação na vida acadêmica do educando e na democratização das decisões institucionais; realizar acompanhamento sistemático às turmas de modo a identificar dificuldades de naturezas diversas, que possam refletir direta ou indiretamente no seu desempenho acadêmico, intervindo e encaminhando, quando necessário.

13.4.3 Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer

Esse programa tem por finalidade garantir aos estudantes o exercício dos direitos culturais, as condições para a prática da cultura esportiva, do lazer e o fazer artístico, visando à qualidade do desempenho acadêmico, a produção do conhecimento e a formação cidadã.

Compete ao Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer (PINCEL): apoiar e incentivar ações artístico-culturais, objetivando a valorização e difusão das manifestações culturais estudantis; garantir espaço adequado para o desenvolvimento de atividades artísticas; estimular o acesso às fontes culturais, assegurando as condições necessárias para visitação a espaços culturais e de lazer; proporcionar a representação do IF Baiano em eventos esportivos e culturais oficiais; bem como, dispensar apoio técnico para a realização de eventos de natureza artística.

Tais ações serão planejadas e desenvolvidas no IF Baiano *Campus* Bom Jesus da Lapa pelo Núcleo de Esporte e Lazer.

13.4.4 Programa de Incentivo à Participação Político-Acadêmica

Visando à realização de ações que contribuam para o exercício da cidadania e do direito de organização política do estudante, o Programa de Incentivo à Participação Político-Acadêmica (PROPAC), deve estimular a representação discente (através da formação de grêmios, centros e diretórios acadêmicos), bem como garantir o apoio à participação dos mesmos em eventos internos, locais, regionais, nacionais e internacionais de caráter sociopolítico. Tais ações se darão em diálogo com as representações estudantis já organizadas no âmbito do *campus*.

13.4.5 Programa de Apoio à Diversidade e Ações Afirmativas - PROADA

Consiste na criação de ações e espaços para reflexões referentes à diversidade (Necessidades específicas, etnia, gênero, religião, orientação sexual, respeito ao idoso), combatendo os preconceitos, reduzindo as discriminações e aumentando a representatividade dos grupos minoritários. Garante, aos estudantes com necessidades específicas, as condições legais e adequadas, a fim de facilitar o processo de ensino-aprendizagem, a convivência com a diversidade e o desenvolvimento profissional.

13.4.6 Programa de Assistência Integral à Saúde - Pró-Saúde

Visa criar mecanismos para viabilizar assistência ao estudante, através dos serviços de atendimento médico, odontológico, acompanhamento psicológico, enfermagem, nutrição, incluindo ações de prevenção, promoção, tratamento e vigilância à saúde dos estudantes.

13.4.7 Programa de Educação em Direitos Humanos - PEDH

O programa busca conciliar ações que promovam e defendam os direitos humanos no âmbito do IF Baiano e das comunidades que compõem o seu percurso educativo. Concebida como uma ação humana, a educação não está restrita apenas aos espaços formais de aprendizado, a exemplo da escola, mas se expande em espaços educativos informais. Nesse sentido, toda e qualquer instituição de ensino deve estar pautada em dois princípios basilares: não discriminação e ética. O Programa se materializa através dos Núcleos de estudos: Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), de Comunidades Tradicionais (NECT), sobre Diversidade

Sexual (NEDS), de Inclusão da Mulher (NEIMU), de Apoio ao Adolescente sob Medidas Socioeducativas (NAMES).

13.4.8 Programa de Cotas - PRÓ-COTAS

Garante a reserva de até 50% das vagas em todas as modalidades dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas, além da reserva de vagas a estudantes que se declararem pretos, pardos e indígenas, em número proporcional ao último Censo Demográfico do IBGE. Para as pessoas com deficiência, o percentual mínimo será de 5% das vagas totais dos cursos. O acesso à educação superior será regulamentado pelo Sistema Único de Seleção Unificada do MEC.

13.5 POLÍTICA DE ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECÍFICAS

A Política referida será implantada de acordo com o Programa de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educativas Específicas e em consonância com a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano, aprovada pela Resolução nº 12 – Conselho Superior / IF Baiano, de 09 de outubro de 2012, especificamente por meio das ações implementadas pelo Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).

O NAPNE tem o intuito de subsidiar docentes e discentes no processo de ensino-aprendizagem, e outros servidores técnicos em suas atribuições, por meio da adequação de materiais e equipamentos, e do acompanhamento e orientação, visando minimizar quaisquer dificuldades pedagógicas e/ou laborais existentes.

O NAPNE deve indicar a demanda e acompanhar a oferta das condições de acessibilidade da Instituição para o acesso e permanência dos educandos com necessidades especiais, sensibilizando os servidores, de forma contínua e permanente, acerca da importância da inclusão; estimulando a participação dos mesmos em cursos de capacitação/qualificação sobre formas de inclusão; e elaborando e aprimorando projetos que ampliem e inovem o atendimento a esse público.

13.6 POLÍTICA DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL

Ao considerar o compromisso com a formação humana e em atendimento aos pressupostos legais de respeito à diversidade cultural e étnica (Lei 11.645/08), busca-se fomentar discussões e trabalhos interdisciplinares e multidisciplinares voltados à diversidade que terão como suporte as diretrizes elencadas na Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano, em especial por meio do Programa de Educação em Direitos Humanos (PEDH) que cria, nos *campi* desse Instituto, os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI).

Os NEABI têm como finalidade promover estudos, pesquisas e ações sobre a questão da igualdade e da proteção dos direitos de pessoas e grupos étnicos historicamente excluídos e/ou discriminados, especificamente em relação aos povos indígenas e afrodescendentes, conforme a Lei nº 11.645/08. Esse núcleo se reveste de uma importância substancial para os processos formativos do *Campus* Bom Jesus da Lapa, uma vez que o Território da Cidadania Velho Chico concentra importantes populações de matrizes africanas, quilombos reconhecidos e povos indígenas.

O desenvolvimento das ações do referido núcleo estará atrelado ao fomento de uma formação para a Educação Básica calcada na capacidade reflexiva sobre a diversidade, o respeito aos Direitos Humanos, a valorização da riqueza material e imaterial dos povos tradicionais e étnicos diversos.

13.7 PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O Programa de Iniciação Científica (PIBIC) do IF Baiano é destinado aos discentes selecionados com base no rendimento acadêmico e no talento investigativo. Visa permitir a atuação de discentes nos projetos de pesquisa aprovados pela Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação e pela Direção Geral. O PIBIC oferta bolsas de auxílio financeiro aos discentes, sendo que o número destas é definido através de Edital. Há também a modalidade bolsista voluntário, a qual implica ausência de qualquer tipo de auxílio financeiro da Instituição.

13.8 PROGRAMA DE INICIAÇÃO EM EXTENSÃO

O Programa de Iniciação em Extensão (PIBIEX) do IF Baiano é destinado aos discentes selecionados com base no rendimento acadêmico e no talento investigativo. Visa

contribuir para a formação educacional, profissional e cidadã, proporcionada pelas experiências dos discentes realizadas junto à comunidade interna e externa, promovendo o envolvimento destes em atividades de extensão, favorecendo a integração entre os campi do IF Baiano e a sociedade, oportunizando uma maior democratização do saber, fortalecendo a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Além disso, incentiva as atividades extensionistas, na busca de valorizar a realidade local e regional, com a produção de conhecimento contextualizado, promovendo a interação entre o conhecimento acadêmico e o popular, através da “troca de saberes”.

13.9 SISTEMAS DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O Acompanhamento dos Egressos é uma ação de fundamental importância para a análise sobre a atuação da instituição no contexto em que ela se insere, possibilitando uma atualização constante dos cursos, no tocante à proposta curricular e à interlocução com os arranjos produtivos locais e regionais, bem como com o mundo do trabalho.

O acompanhamento de egressos do curso Técnico em Agricultura Subsequente do IF Baiano, Campus Bom Jesus da Lapa, se dará através de estratégias de monitoramento da trajetória profissional dos formados no referido curso. Em linhas gerais, serão consideradas as seguintes metas do processo de acompanhamento:

- Avaliar o desempenho do curso através do acompanhamento da situação profissional e acadêmica dos ex-alunos;
- Manter registro atualizado dos alunos egressos do Curso Técnico Subsequente em Agricultura, promovendo intercâmbio entre os ex-alunos, através das atividades socioculturais desenvolvidas na instituição, como forma de garantir a continuidade de sua relação com a Instituição e a socialização das informações sobre sua vida profissional e acadêmica;
- Divulgar constantemente a inserção de egressos no mercado de trabalho e no âmbito acadêmico.

Para tanto, a Coordenação de Curso e a Instituição deverão ter:

- Banco de dados atualizado dos egressos, contendo informações detalhadas sobre a trajetória acadêmica e profissional do ex-aluno. Essas informações serão fornecidas pelos mesmos e/ou colhidas na plataforma Lattes;
-

- Página e/ou endereço eletrônico para que os egressos se comuniquem com a instituição;
- Calendário de eventos produzidos pelo Curso com convite extensivo aos ex-alunos, destacando-lhes a importância da formação continuada e troca de saberes.

14 INFRAESTRUTURA

Segundo o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos a infraestrutura mínima requerida para o funcionamento do curso Técnico em Agricultura é: Biblioteca e videoteca com acervo específico e atualizado. Laboratório de informática com programas específicos. Laboratório de biologia. Laboratório de propagação vegetal. Laboratório de solos. Laboratório de classificação e armazenamento dos produtos agrícolas. Unidades didáticas de produção vegetal, armazenamento e mecanização. Unidade de produção vegetal e beneficiamento agroindustrial

O *Campus* Bom Jesus da Lapa possui uma área total de 92 hectares, destes, 4 ha estão destinados a infraestrutura física, como salas de aula, laboratórios, a sede administrativa e pedagógica, refeitório, ginásio de esportes, garagem e estacionamento, enquanto 88 ha foram destinados à implantação dos projetos agrícolas e unidades educativas de campo.

14.1 ÁREA AGRÍCOLA

A área rural possui sistema de tubulação e bombeamento que possibilita irrigar toda a área, onde atualmente são conduzidas as culturas da manga, coco, banana.

O Campus também possui um pivô central, em torno do qual têm sido desenvolvidos, em parceria com a Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA), pesquisas com girassol, banana e mandioca, além de máquinas e implementos agrícolas necessários a implantação e condução das culturas.

Nos Quadros abaixo, encontram-se descritas as instalações, cultivos, bem como máquinas, implementos e equipamentos destinados ao desenvolvimento do Curso Técnico em Agricultura.

Quadro 5. Instalações e culturas destinados ao desenvolvimento do Curso Técnico em Agricultura no *Campus* Bom Jesus da Lapa.

INSTALAÇÕES e CULTURAS DA ÁREA RURAL

Instalação	Quantidade	Unidade
Área agrícola total irrigada	88	hectare
Pomar de banana irrigada	04	hectare
Pomar de coco irrigado	04	hectare
Pomar de manga irrigada	04	hectare
Área a ser explorada com novos projetos	76	hectare
Pivô Central de irrigação de 1,5 há	01	Unid.
Painel de comando da irrigação	01	Unid.

Quadro 6 - Máquinas, implementos e equipamentos destinados ao desenvolvimento do Curso Técnico em Agricultura no *Campus* Bom Jesus da Lapa.

MÁQUINAS, IMPLEMENTOS e EQUIPAMENTOS DA AREA RURAL		
Instalação	Quantidade	Unidade
Atomizador costal motorizado	01	Unid.
Bomba hidráulica de 75 CV	01	Unid.
Bomba hidráulica de 25 CV	01	Unid.
Trator Agrícola de pneu 4x4	01	Unid.
Trator Agrícola de pneu 4x2	01	Unid.
Arado de Disco completo reversível	01	Unid.
Arado de Aiveca Revel	01	Unid.
Carreta Agrícola fixa	02	Unid.
Pulverizador de Barra	01	Unid.
Distribuidor de adubo e calcário	01	Unid.
Reboque agrícola tanque para 5000 L	01	Unid.
Roçadeira hidráulica	01	Unid.
Enxada rotativa encanteiradora	01	Unid.
Grade aradora intermediária	01	Unid.
Grade aradora hidráulica	01	Unid.
Motosserra	01	Unid.
Semeadora adubadora	01	Unid.
Subsolador de arrasto	01	Unid.

Motopoda	01	Unid.
Roçadeira costal	01	Unid.

14.2 INFRAESTRUTURA FÍSICA

Atualmente o *Campus* dispõe de uma área construída superior a 4.000 m², sendo distribuída em salas de aula, laboratórios, setor administrativo e pedagógico, refeitório, ginásio de esportes, garagem e estacionamento.

No Quadro abaixo, encontram-se descritas características inerentes a cada um dos espaços físicos citados.

Quadro 7. Instalações físicas do *Campus* Bom Jesus da Lapa

INSTALAÇÕES FÍSICAS			
Instalação	Quantidade	Área	Área total
Área de circulação	01	170 m ²	170 m ²
Auditório	01	215 m ²	215 m ²
Biblioteca	01	125 m ²	125 m ²
Coordenação de Curso	01	33 m ²	33 m ²
Coordenação de Ensino	01	30 m ²	30 m ²
Diretoria Administrativa	01	30 m ²	30 m ²
Diretoria Acadêmica	01	30 m ²	30 m ²
Direção Geral	01	21 m ²	21 m ²
Laboratório de biologia	01	62 m ²	62 m ²
Laboratório de física	01	62 m ²	62 m ²
Laboratório de informática com 30 computadores	06	59 m ²	354 m ²
Laboratório de matemática	01	27 m ²	27 m ²
Laboratório de química	01	62 m ²	62 m ²
Núcleo de Atendimento ao Educando	01	18 m ²	18 m ²
Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas	01	18 m ²	18 m ²
Praça de alimentação	01	74 m ²	74 m ²

Refeitório	01	127 m ²	127 m ²
Sala de professores	01	34 m ²	34 m ²
Sala de reuniões	01	27 m ²	27 m ²
Sala de videoconferência	01	62 m ²	62 m ²
Sala do servidor	01	18 m ²	18 m ²
Salas de Administração	01	20 m ²	20 m ²
Salas de Administração	01	30 m ²	30 m ²
Salas de Administração	02	23 m ²	46 m ²
Salas de Administração	03	15 m ²	45 m ²
Salas de aula	08	59 m ²	472 m ²
Salas de aula	02	83 m ²	166 m ²
Sanitários	02	18 m ²	36 m ²
Sanitários	02	22 m ²	44 m ²
Sanitários	02	9 m ²	18 m ²
Secretaria de Registros Escolares	01	34 m ²	34 m ²

14.2.1 Recursos Didáticos

A Equipe Técnico-Pedagógica e os professores do *Campus* são munidos das condições necessárias para o desenvolvimento de suas atividades, dispondo de notebooks, lousas interativas, projetores multimídia e equipamentos de som. Cumpre ressaltar que todas as salas possuem seus respectivos projetores multimídia instalados e em funcionamento.

14.2.2 Salas de Aula

O Campus possui dez salas de aula seguras e acessíveis, mobiliadas com 40 cadeiras cada, todas com aparelhos de ar condicionado, sendo arejadas e bem ventiladas, com boa acústica e excelente estado de conservação.

No Quadro a seguir constam as dimensões das salas de aula.

Quadro 8 - Salas de Aula do *Campus* Bom Jesus da Lapa.

Instalação	Quantidade	Área	Área total
------------	------------	------	------------

Salas de aula	08	59 m ²	472 m ²
Salas de aula	02	83 m ²	166 m ²

14.2.3 Biblioteca

A Biblioteca do IF Baiano - *Campus* Bom Jesus da Lapa encontra-se instalada em sala construída para esse fim. Os balcões, as mesas, as cadeiras as estantes de livros são adequadas às exigências próprias da biblioteca. Contém também cabines de estudo individual, e um saguão com mesas apropriadas para pesquisa e estudos coletivos.

Atualmente, o Campus dispõe de 2.376 exemplares de livros nas seguintes áreas do conhecimento: ciências agrárias, tecnologia da informação e comunicação, educação, ciências humanas e exatas.

A Biblioteca é constantemente atualizada mediante aquisição de livros, com vistas a atender às necessidades dos cursos. As aquisições de livros são feitas a partir de listas selecionadas, indicadas pelos professores e coordenadores de cada curso, as quais passam a constar de um plano anual de atualização do acervo. Além disso, as atualizações são feitas a partir de catálogos recebidos das editoras, que contém os últimos lançamentos editoriais. No anexo I, apresenta-se a relação de títulos atual e no anexo 2, o Plano de Atualização.

14.2.4 Laboratórios

O Campus dispõe de 9 laboratórios (6 de informática, 1 de Biologia, 1 de Química, 1 de matemática/física). No Quadro abaixo se encontram descritos os equipamentos e instrumentos que estruturam os referidos laboratórios, além dos instrumentos musicais disponíveis em uma sala de música.

Quadro 9 - Equipamentos e instrumentos dos laboratórios do *Campus* Bom Jesus da Lapa.

EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS DOS LABORATÓRIOS		
Equipamentos/Instrumentos	Quantidade	Unidade
Agitador de peneiras com peneiras	1	Unid.
Balança digital capacidade 30 kg	1	Unid.
Balança mecânica capacidade 300 kg	1	Unid.
Banco óptico	4	Unid.

Barômetro	4	Unid.
Bateria musical	1	Unid.
Caixa de som amplificada	1	Unid.
Capela exaustão de gases	1	Unid.
Computadores	120	Unid.
Conduvívímetro portátil	1	Unid.
Dinamômetro	20	Unid.
Estação meteorológica automática	1	Unid.
Estação Total	1	Unid.
Flauta doce soprano	50	Unid.
Gerador eletrostático	5	Unid.
GPS de navegação	3	Unid.
Guitarra	1	Unid.
Kit infiltrômetro	2	Unid.
Laboratório portátil de física	4	Unid.
Laser rotativo	2	Unid.
Medidor Índice de acidez	1	Unid.
Mesa de desenho	2	Unid.
Microscópio Binocular	5	Unid.
Microscópio com câmera de vídeo	1	Unid.
Microscópio estereoscópico	2	Unid.
Modelo anatômico cabeça humana	1	Unid.
Modelo anatômico caule dicotiledônea	1	Unid.
Modelo anatômico caule monocotiledônea	1	Unid.
Modelo anatômico célula nervosa	1	Unid.
Modelo anatômico cérebro humano	1	Unid.
Modelo anatômico coração humano	1	Unid.
Modelo anatômico da célula animal	1	Unid.
Modelo anatômico da célula vegetal	1	Unid.
Modelo anatômico da folha	1	Unid.
Modelo anatômico da raiz	1	Unid.
Modelo anatômico desenvolvimento embrionário em 08 fases	1	Unid.

Modelo anatômico esqueleto humano	1	Unid.
Modelo anatômico medula espinhal humana	1	Unid.
Modelo anatômico meiose	1	Unid.
Modelo anatômico mitose	1	Unid.
Modelo anatômico olho humano	1	Unid.
Modelo anatômico ouvido	1	Unid.
Modelo anatômico pele humana	1	Unid.
Modelo anatômico pélvis feminina	1	Unid.
Modelo anatômico pélvis masculina	1	Unid.
Modelo anatômico rim humano	1	Unid.
Modelo anatômico sapo em corte	1	Unid.
Modelo anatômico sistema digestório humano	1	Unid.
Modelo anatômico sistema reprodutivo humano	1	Unid.
Modelo anatômico sistema respiratório humano	1	Unid.
Modelo anatômico torso humano	1	Unid.
Modelo dupla hélice de DNA	1	Unid.
Nobreak	50	Unid.
Pandeiro	1	Unid.
Paquímetro universal	10	Unid.
Pêndulo de Newton	5	Unid.
Plano inclinado	4	Unid.
Receptor GNSS (GPS geodésico)	1	Unid.
Teclado musical	1	Unid.
Teodolito	2	Unid.
Termômetro tipo espeto	3	Unid.
Trado holandês	8	Unid.
Trado para amostras indeformadas	1	Unid.
Violão	2	Unid.
Zabumba	1	Unid.

No Plano de Expansão da Infraestrutura do Campus se prevê, progressivamente, a melhoria das instalações físicas, em suas diferentes estruturas e equipamentos, com vistas a atender às necessidades advindas do processo de expansão da oferta de cursos e de vagas.

15 PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Nos Quadros abaixo pode ser observado todo o efetivo de pessoal do *Campus* Bom Jesus da Lapa, tanto docentes, quanto técnicos administrativos em educação.

Quadro 10. Relação de Docentes do *Campus* Bom Jesus da Lapa

Nome	Área de Formação
Adevanucia Nere Santos	Pedagogia/Filosofia e AEE
Ákila Luz Fernandes	Informática
Alex Leal de Oliveira	Agronomia
Aline de Souza Monteiro	Letras Inglês
Ana Carla Moura Araújo Dantas	Informática
Antônio Helder Rodrigues Sampaio	Agronomia
Ariane Lima Xavier	Biologia
Ariele Chagas Cruz	Administração
Arionaldo Peixoto da Silva Hora	Matemática
Camilo Viana Oliveira	Biologia
Clélia Gomes dos Santos	Letras Português
Dário Soares Silva	Matemática
Daniel Pinto Mororó	Matemática
Eberson Luís Mota Teixeira	Filosofia
Ediênio Vieira Farias	Matemática
Elisa Eni Freitag	Agronomia
Emerson Alves dos Santos	Agronomia
Érico da Silva França	História
Eurileny Lucas de Almeida	Agronomia
Fabiana Santos da Silva	Agronomia
Geângelo de Matos Rosa	História
Heliselle Cristine Ramires da Rocha	Agronomia
Heverton Santos Queiroz	Informática
Hudson Barros Oliveira	Informática
Iug Lopes	Agronomia
IvnaHerbênia da Silva Souza	Administração
Jefferson Oliveira de Sá	Agronomia
Juliana Carvalhais Brito	Biologia
Ketchen Pâmela Gouveia Santos	Letras Português/Inglês
Kleverton Ribeiro da Silva	Veterinário
Marcelo Leite Pereira	Química
Marcelo Moreira West	Informática
Márcia Cristina Araújo Santana	Zootecnia

Marcos Aurélio da Silva	Química
Maria Aparecida Brito Oliveira	Geografia
Moisés Silva Mendes	Música
Nêmia Ribeiro Alves Lopes	Letras Espanhol
Patrícia Leite Cruz	Agronomia
Priscila Coutinho Miranda	Agronomia
Ricardo de Oliveira Melo	Informática
Samir Brune Ferraz de Moraes	Física
Silvana Nunes da Costa	Engenharia Agrícola
Valquíria Freitas de Vasconcelos Araújo	Artes
Wesley Queiroz Santos	Física

Quadro 11. Relação de Técnicos Administrativos em Educação efetivos do *Campus Bom Jesus da Lapa*.

NOME	CARGO
Adriane de Oliveira Coelho Neves	Técnica em Contabilidade
Ailton Rodrigues da Silva	Assistente de Aluno
Aline Soares de Lima	Psicóloga
Ariaidny Silva Farias	Técnica de Laboratório
Carlos Moreno dos Santos Moreira Lima	Auxiliar em Administração
CyntiaLayaneGusmao Souza Sampaio	Assistente Social
Diele dos Santos Cardoso	Assistente em Administração
Edvanio Campos Macedo	Auxiliar em Administração
Gislane de Oliveira Costa Simões	Assistente em Administração
Grace Itana Cruz de Oliveira	Técnica em Assuntos Educacionais
Gustavo Tenório Araújo	Assistente de Laboratório
HaniaGracielle Brito Soares da Silva	Assistente de Aluno
Isaac Silva de Jesus	Auxiliar de Biblioteca
Ivanildo Claudino da Silva	Técnico em Agropecuária
Janine Couto Cruz Macedo	Pedagoga Área
Jorge Abdon Miranda de Souza Junior	Auxiliar em Administração
Jorge Viana dos Santos	Pedagogo Área
Junio Batista Custódio	Técnico em Assuntos Educacionais
Liz Vasconcelos Cruz Silva	Nutricionista
Luciana Pereira Cardial Teixeira	Tradutora Interprete de Linguagens de Sinais
Luciana Souza Viana	Assistente de Alunos
Luciana Xavier Bastos	Auxiliar de Biblioteca
Ludgero Rego Barros Neto	Assistente em Administração
Mileide de Souza Carvalho	Assistente em Administração
Mônica Ribeiro Peixoto do Nascimento	Técnica de Laboratório
Rodrigo Neves Araujo	Assistente em Administração

Rodrigo Vasconcelos Stolze da Conceição	Enfermeiro
Sandra Maria de Brito Pereira	Assistente em Administração
Sansão Rodrigo de Souza	Auxiliar em Administração
Simone Velame da Silva Rios	Bibliotecária
Tame Daniele Ribeiro Andrade	Assistente em Administração
Valdineia Antunes Alves Ramos	Técnica em Assuntos Educacionais
Wesley de Lacerda dos Santos	Técnico Tecnologia da Informação
Wilder Machado da Cruz	Analista de Tecnologia da Informação
Willy Jaguaracy Vasconcelos Rodrigues	Técnico em Agronomia
Wilson Avelino Rogerio Neto	Revisor de Textos Braile
Yuri de Oliveira Luna e Almeida	Técnico de Tecnologia da Informação

16 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

O (A) discente que concluir as disciplinas do Curso e o Estágio Supervisionado obterá o Certificado Conclusão do Curso Técnico em Agricultura, conforme os critérios estabelecidos abaixo:

- Os Certificados do Curso Técnico em Agricultura serão emitidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis contados a partir da data de colação de grau, pela Pró-Reitoria de Ensino, vinculada à Reitoria e obedecerá à legislação em vigor.
 - Não será cobrada nenhuma taxa ao discente para a emissão da 1ª via do Certificado de conclusão.
 - Os diplomas serão assinados pelo Reitor do IF Baiano, Diretor Geral do Campus e pelo concluinte.
 - O Certificado deve conter a identificação do livro ATA, no qual foi registrado.
-

17 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf. Acesso em 11/02/2014.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Congresso Nacional. **Lei 11.741**, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

_____. Congresso Nacional. **Lei 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

_____. Congresso Nacional. **Lei 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Resolução CONSUP nº 5**, de 29 de março de 2011. Aprova a Organização Didática dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Resolução CONSUP nº 48**, de 17 de dezembro de 2014. Estabelece as normas e procedimentos referentes à criação, alteração, reformulação curricular e extinção de Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio de caráter presencial, do Instituto Federal Baiano.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Resolução CONSUP nº 21**, de 17 de maio de 2016. Altera a Resolução nº 48, de 17 de dezembro de 2014.

Estabelece as normas e procedimentos referentes à criação, alteração, reformulação curricular e extinção de Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio de caráter presencial, do Instituto Federal Baiano.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Resolução CONSUP nº 06**, de 29 de março de 2016. Estabelece o Regulamento de Estágio Curricular dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IF Baiano.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. (MEC/SETEC). **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. Edição 2012. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192> . Acesso em 15 out. de 2016.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 6**, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. Ministério da Educação. **Propostas de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: MEC/Semtec, dez. 2003.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº. 3/2008** – Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº. 4/2010** – Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº. 1/2009** – Dispõe sobre a implantação da Filosofia e da Sociologia no currículo do Ensino Médio, a partir da edição da Lei nº. 11.684/2008, que alterou a Lei nº. 9394/1996, de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB).

CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. **Resolução CONFEA 278/83**. Diário Oficial da União, Brasília, 03 de junho de 1983 - Seção I, p. 9476.

DANTE, Henrique Moura Conferência Nacional da Educação Básica. **Eixo II: Democratiza Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação / CEFET CEFET-RN**. Brasília, 16/04/2008.

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica dos municípios**. Disponível em: <> Acesso em 15/12/2014.

ANEXOS

ANEXO I

PLANO DE EQUIVALÊNCIA CURRICULAR

Quadro 01. Quadro comparativo das matrizes curriculares 2013 e 2015 do Curso Técnico em Agricultura Subsequente do IF Baiano *Campus* Bom Jesus da Lapa, organizado por semestre, evidenciando a supressão de componente curricular, a inclusão, a mudança de nome, a mudança de semestre, alteração da carga horária (CH), a junção de componentes e a preposição de nova ementa.

PPC 2013		PPC 2016	
COMPONENTE CURRICULAR	CH	COMPONENTE CURRICULAR	CH
I Semestre		I Semestre	
Informática Básica	40	Informática Aplicada à Agricultura (Mudança do nome, carga horária e ementa. Acréscimo do conteúdo programático).	33
Matemática Aplicada à Agricultura	60	Matemática Aplicada à Agricultura (Mudança da carga horária e acréscimo do conteúdo programático).	67
Específica do Campus I (Introdução à Agricultura)	80	Introdução à Agricultura (Mudança do nome, carga horária e ementa. Acréscimo do conteúdo programático).	82
Comunicação Oral e Escrita	60	Redação Científica (Mudança do nome, carga horária e ementa. Acréscimo do conteúdo programático).	50
Gestão e Empreendedorismo	60	Gestão Rural (Mudança do nome, carga horária e ementa. Acréscimo do conteúdo programático). O conteúdo de Comercialização, previsto na disciplina Associativismo, Cooperativismo e Comercialização, foi acrescentado nesse novo componente.	67
Construções Rurais	60	Construções e Instalações Rurais (Mudança do nome, carga horária e ementa. Acréscimo do conteúdo programático).	67
Específica do Campus II (Políticas Agrícolas e Agrárias)	40	Extensão e Desenvolvimento Rural (O componente curricular foi extinto e a ementa foi acrescentada ao novo componente Extensão e Desenvolvimento Rural no III semestre).	83
II Semestre		II Semestre	

Específica do Campus III (Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas)	60	Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas (Mudança do nome, carga horária e ementa. Acréscimo do conteúdo programático).	50
Específica do Campus IV (Saúde e Segurança no Trabalho)	40	Saúde e Segurança no Trabalho (Mudança do nome, carga horária e acréscimo do conteúdo programático. Migrou para o I semestre).	33
Mecanização Agrícola	60	Mecanização Agrícola (Mudança da carga horária e ementa. Acréscimo do conteúdo programático).	67
Olericultura	80	Olericultura (Mudança da carga horária e ementa. Acréscimo do conteúdo programático).	83
Topografia	60	Topografia (Mudança da carga horária e ementa. Acréscimo do conteúdo programático).	68
Extensão Rural	40	Extensão e Desenvolvimento Rural (O componente curricular foi extinto e a ementa foi acrescentada ao novo componente Extensão e Desenvolvimento Rural no III semestre).	83
Associativismo, Cooperativismo e Comercialização	60	Associativismo e Cooperativismo (Mudança do nome, carga horária e ementa. Acréscimo do conteúdo programático). O conteúdo de Comercialização, previsto na disciplina Associativismo, Cooperativismo e Comercialização, foi suprimido e acrescentado no novo componente Gestão Rural.	50
III Semestre		III Semestre	
Culturas Anuais	80	Culturas Anuais e Perenes (Mudança do nome, carga horária e ementa. Acréscimo do conteúdo programático).	83
Recursos Hídricos e Irrigação	80	Irrigação e Drenagem (Mudança do nome, carga horária e ementa. Acréscimo do conteúdo programático).	67
Fruticultura	80	Fruticultura (Mudança da carga horária e ementa. Acréscimo do conteúdo programático).	83
Específica do Campus V (Agroecologia)	40	Agroecologia e Gestão Ambiental (Mudança do nome, carga horária e ementa. Acréscimo do conteúdo programático).	50
Fitossanidade	80	Fitossanidade (Mudança da carga horária e ementa. Acréscimo do conteúdo programático. Migrou para o II semestre).	82

Prática Profissional

40

Projeto Integrador (O componente curricular foi extinto e substituído por Projeto Integrador)34

Documento Digitalizado Público

PPC_Agricultura Subsequente_Alterado

Assunto: PPC_Agricultura Subsequente_Alterado
Assinado por: Antonio Sampaio
Tipo do Documento: Diversos
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Antonio Helder Rodrigues Sampaio, DIRETOR - CD4 - BJL-DA**, em 26/12/2019 11:44:29.

Este documento foi armazenado no SUAP em 26/12/2019. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 34034

Código de Autenticação: e95be666f7

